

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRANDO: ANDRÉ ALMEIDA DA SILVA
ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. ANA LÚCIA RODRIGUES**

**SEGREGAÇÃO SOCIAL E PRECONCEITO: A SOCIABILIDADE E O
COTIDIANO DOS MORADORES NO MUNICÍPIO DE SARANDI-PR**

MARINGÁ

2015

ANDRÉ ALMEIDA DA SILVA

**SEGREGAÇÃO SOCIAL E PRECONCEITO: A SOCIABILIDADE E O
COTIDIANO DOS MORADORES NO MUNICÍPIO DE SARANDI-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Rodrigues

MARINGÁ

2015

ANDRÉ ALMEIDA DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Rodrigues (Presidente)

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Prof^a. Dr^a. Simone Pereira da Costa Dourado

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Prof^a. Dr^a. Deise Maia

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Prof^a. Dr^a. Marley Vanice Deschamps (Suplente)

Universidade do Contestado (UNC)

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que o mesmo se tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS

A concretização desta pesquisa se tornou possível graças ao empenho de muitas pessoas. Começarei pela minha mãe, que apesar de possuir pouco conhecimento formal ensinou-me a valorizar o ensino escolar. Agradeço aos meus queridos filhos, Álefe, Quézia e Raquel pela compreensão, amor e dedicação em todos os momentos da minha vida e, especialmente, a minha esposa, pelo incentivo.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEM e à minha orientadora Ana Lucia Rodrigues, bastante competente e conhecedora dos assuntos que envolviam a pesquisa, mostrando-se criteriosa e atenciosa. Toda minha admiração!

Não posso esquecer-me de agradecer aos moradores do bairro Vale Azul cujas informações, oriundas das entrevistas foram fundamentais à pesquisa.

Sincero agradecimento às professoras Simone Pereira da Costa Dourado e Marivânia Conceição de Araújo, membros da banca de qualificação, pelo significativo auxílio nas questões metodológicas.

Aos professores do Instituto de Educação de Maringá, especialmente a professora Irani, pelo grande apoio.

E finalmente agradeço aos pesquisadores do Observatório das Metrôpoles (Núcleo Maringá) pelo auxílio na condução da pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa analisa a questão da segregação espacial e social verificada no município de Sarandi-PR; processo este resultante da lógica capitalista e da implantação da política urbana conduzida pela cidade polo (Maringá). Busca-se compreender o preconceito e a imagem de Sarandi, a partir da sociabilidade e do cotidiano das pessoas, presente no cotidiano das escolas e nos meios de comunicação de massa, entre eles, o jornal e a televisão. Para o desenvolvimento da pesquisa analisou-se a formação da Região Metropolitana de Maringá (RMM), desde o desenvolvimento da colonização, levado a cabo pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), sendo o processo de segregação social e espacial relacionado à excludente e contraditória formação da RMM, iniciada pelas ações da CMNP, e da herança social da formação da sociedade brasileira, calcada nos valores patrimonialistas e clientelistas, tomados como importantes contribuições teórico-metodológicas, juntamente com o conceito de segregação. Apesar da existência de marcos legais preconizados no Estatuto da Cidade, os quais possibilitam a construção democrática do urbano, a pesquisa apontou que as recentes mudanças urbanísticas na RMM seguem contribuindo para a continuidade segregação socioterritorial, principalmente no município de Sarandi. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica, documental e análise de dados quantitativos, além de trabalho de campo e entrevistas junto a moradores desta região e a agentes públicos no município de Sarandi, com o objetivo de analisar a imagem da cidade com a questão da segregação socioespacial na RMM.

Palavras-chave: segregação social, imaginário social, preconceito, política urbana.

ABSTRACT

This research will examine the issue of spatial and social segregation verified in the municipality of Sarandi-PR; a process resulting from the capitalist logic and implantação da urban policy of the city polo (Maringa). The aim is to understand prejudice and the image of Sarandi, from the sociability and the daily lives of people present in the daily life of schools and the mass media, including the newspaper and television. For the development of research analyzed the formation of the Metropolitan Region of Maringá (RMM), from the development of colonization, carried out by the Company Improvements North Paraná (CMNP), and the process of social and spatial segregation related to exclusionary and contradictory formation of RMM, initiated by the actions of CMNP, and social heritage of the formation of Brazilian society, based on patrimonial and clientelistic values, taken as important theoretical and methodological contributions, along with the concept of segregation. Despite the existence of legal frameworks recommended in the City Statute, which make possible the construction of the urban democracy, the survey indicated that recent urban changes in MMR following contributing to the continuity socioterritorial segregation, especially in the city of Sarandi. Therefore, there was literature, documentary and analysis of quantitative data as well as fieldwork and interviews with the residents of this region and public officials in the city of Sarandi, aiming to analyze the city's image with the issue of socio-spatial segregation in the RMM .

Key-word: social segregation, social imagination, prejudice, urban policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1: Vila de Vera Cruz (Sarandi) na década de 50.....	22
Mapa 2: Mapa da propriedade loteada pela CMNP com as cidades loteadas por esta companhia, destaque de Sarandi nesta estrutura.....	25
Mapa 3: Território urbano de Maringá e Sarandi.....	28
Mapa 4: Novos empreendimentos imobiliários na divisa entre Sarandi e Maringá.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados indicadores do perfil de Sarandi.....	21
Tabela 2 - Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade – 2000 e 2010 de três Municípios da RMM.....	34
Tabela 3 - Implantação dos condomínios na região do Vale Azul ,.....	81
Tabela 4- A Escolaridade dos moradores do Vale Azul.....	82
Tabela 5- Principais problemas do Vale Azul.....	82
Tabela 6- Dados sobre a segurança do Bairro Vale Azul.....	83

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Vista Aérea de Sarandi.....	29
Fotografia 2: Localização do Eco Garden.....	63
Fotografia 3: Entrada Eco Garden Residence.....	63
Fotografia 4: Avenida de um bairro situado nas imediações do Eco Garden.....	64
Fotografia 5: Estrada que permite o acesso ao Bairro Vale Azul (Sarandi – PR)	75
Fotografia 6: Eco Valley, loteamento dotado de infraestrutura urbana, localizado no entorno do Vale.....	76
Fotografia 7: Casa de alto padrão localizada no Vale Azul.....	77
Fotografia 8: Casa de madeira localizada no Vale Azul.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEP	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
ATI	Academia da Terceira Idade
BNH	Banco Nacional da Habitação
CHF	Condomínio Horizontal Fechado
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNTP	Companhia de Terras Norte do Paraná
EC	Estatuto da Cidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RMM	Região Metropolitana de Maringá
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNISAN	União das Associações dos Bairros de Sarandi

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Capítulo 1 - Formação da Região Metropolitana de Maringá: a origem da segregação e dos estigmas em relação a Sarandi.....	20
1.1O município de Sarandi no contexto da Região Metropolitana de Maringá	20
1.2 A construção da imagem de Sarandi.....	33
1.3 As classes Perigosas e Planejamento urbano.....	34
Capítulo 2 - Preconceito e invisibilidade social sobre o município de Sarandi: um estudo de caso sobre o condomínio horizontal fechado: o Eco Garden.....	44
2.1 Condomínios Horizontais Fechados: Segregação e anulação da esfera pública	44
2.2 A cidade no bojo das transformações do capitalismo.....	45
2.3O neoliberalismo e a negação da cidadania.....	47
2.4 Condomínios Horizontais Fechados.....	53
2.5 Condomínios Horizontais Fechados em Maringá: o Eco Garden.....	58
Capítulo 3- E o direito à cidade? O bairro Vale Azul no contexto das mudanças urbanísticas	70
3.1 Procedimentos adotados da pesquisa.....	69
3.2 Descrição do Vale Azul.....	76
3.3 Configuração territorial e a precarização do espaço precário.....	80
Considerações Finais	85
Referências	88
Anexos.....	94

INTRODUÇÃO

Todo o dia o sol da manhã
Vem e lhes desafia,
Traz do sonho pro mundo
Quem já não o queria:
Palafitas, trapiches, farrapos,
Filhos da mesma agonia.
E a cidade que tem braços abertos
Num cartão-postal,
Com os punhos fechados na vida real
Lhes nega oportunidades,
Mostra a face dura do mal.

(OS PARALAMAS DO SUCESSO. Alagados, 1986. EMI)

O ponto de partida e o problema de pesquisa deste trabalho partiram de uma constatação imediata: da reprodução e veiculação de determinados preconceitos e estigmas sobre o município e a população de Sarandi, uma cidade paranaense pertencente à Região Metropolitana de Maringá (RMM). A RMM, institucionalizada pela Lei Complementar Estadual 83/1981, é formada pelos seguintes municípios: Maringá, Sarandi, Paiçandu, Marialva, Mandaguari, Mandaguaçu, Iguaraçu, Ângulo, Floresta, Doutor Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Cambira, Jandaia do Sul, Presidente Castelo Branco, Flórida, Santa Fé, Lobato, Floraí, Munhoz de Mello, Atalaia, São Jorge do Ivaí, Ourizona e Nova Esperança, totalizando 26 municípios, (IBGE, 2013). Todavia, apenas dois municípios apresentam maior grau de integração com a cidade polo, Maringá: Paiçandu e Sarandi. Assim, são esses dois municípios que refletem as maiores contradições presentes na RMM. Para fins analíticos centramos nossas reflexões nestas duas cidades: Maringá e Sarandi.

Essa constatação relacionava-se à própria formação da RMM, principalmente, pelo desenvolvimento urbano de Maringá, o terceiro maior município do Paraná. Maringá, desde o início de sua formação, foi projetada para ser uma cidade polo e elitizada (RODRIGUES, 2004). A política urbana maringaense consubstanciou a partir de um violento processo de segregação socioespacial que atingiu internamente a cidade, bem como os municípios vizinhos. No bojo desse processo, houve o predomínio dos interesses privados sobre os públicos, assim como a confluência de interesses políticos e econômicos de determinados

agentes, os quais, ainda hoje, controlam o desenvolvimento urbano, pautando-se, todavia, na mentalidade do passado.

Empiricamente, a segregação, o preconceito e os estigmas aparecem como algo natural. O imaginário social enxerga a cidade polo (Maringá) como o lugar da democracia, do planejamento, da qualidade de vida, ao passo que Sarandi e sua população são concebidas como violenta, pobre e desordeira. Esses aspectos são evidenciados nas notícias de jornais e pelos gestores maringaenses: o pronunciamento de um ex-prefeito de Maringá sobre a cidade de Sarandi cita que:

(...) Sarandi, uma cidade dormitório, lá eles não obedecem a projeções. O plano urbanístico de Sarandi é um desastre. Eu percorri na última campanha o Sarandi e lá não se vê praça, não se vê nada; [...] os 35% que normalmente se deixa para o poder público lá não se respeitou nada. É um bairro desorganizado de Maringá, o Sarandi (...) (FERREIRA, 2002)¹

A pesquisa objetiva transformar o problema empírico em um problema sociológico. Para tanto, utiliza autores da sociologia urbana, buscando analisar a referida realidade, desmitificando as ideologias e trazendo à tona o conceito de classes sociais, os conflitos entre elas, além de contribuir para problematizar os conflitos urbanos na sociedade brasileira. Parte-se do pressuposto de que as cidades são espaços de conflitos e inserem-se em uma dada formação social.

Para se compreender as representações sociais² da cidade de Sarandi no cotidiano³, isto é, a percepção que as pessoas possuem e reproduzem sobre ela, faz-se necessário remeter-se sobre a sua história. Seu desenvolvimento está intimamente ligado à formação espacial de Maringá. Conforme Rodrigues (2004), a configuração do espaço urbano de Maringá se efetivou com a ausência de favelas e ocupações irregulares e com forte influência do mercado imobiliário

¹ FERREIRA, Said Felício, médico e foi prefeito de Maringá no mandato entre 1983 e 1988 e entre 1993 e 1996. Entrevista a Ana Lúcia Rodrigues em setembro de 2002.

² No âmbito desta pesquisa, o conceito de representação social ancora-se na reflexão de Kosik (2010), segundo ele, a realidade cotidiana ampara-se na pseudoconcreticidade, o lugar das aparências e onde os indivíduos apreendem a realidade por meio das representações (equivalente ao senso comum). Por outro lado, Kosik ressalta que a investigação crítica busca apanhar a realidade de forma conceitual.

³ Segundo Kosik (2010), a realidade é formada por duas dimensões: fenomênica e essencial. Trata-se de duas formas de apreender o conhecimento; neste sentido o cotidiano é o espaço das representações sociais onde os homens capturam a realidade através da dimensão aparente ou fenomênica. Por outro lado, a compreensão elaborada ou profunda implica na utilização do método científico mediado pelos conceitos.

que, por sua vez, direcionou as ocupações segundo o poder aquisitivo dos adquirentes, contribuindo assim para a segregação espacial, posto que, os "melhores lugares" da área central foram adquiridos pelas classes abastadas, enquanto as classes com um menor poder aquisitivo se concentraram na periferia da cidade, onde os serviços públicos e infraestrutura eram deficientes, por isso os imóveis eram adquiridos por preços menores.

À medida que as áreas residenciais periféricas foram se esgotando e conseqüentemente se valorizando, as pessoas começaram a se instalar nas cidades vizinhas de Maringá, no caso Paiçandu e Sarandi, por meio de ocupações irregulares, como as favelas, por exemplo. Nota-se que os agentes públicos maringaenses preocupavam-se em priorizar os interesses particulares e econômicos, principalmente na valorização e especulação imobiliária, resultando na intensa segregação na RMM⁴.

Além das questões econômicas que influenciaram a divisão do espaço e de sua ocupação, criaram-se também, no imaginário social, as representações sociais, ou seja, determinadas expressões e valores para classificar a vivência, a forma de pensar e agir dos diferentes grupos e moradores.

As hipóteses que na presente exposição se endossa pressupõem que segregação socioespacial verificada na RMM, sobretudo no município de Sarandi-Pr é produto de vários fatores: primeiro relaciona-se à própria natureza do capitalismo, que é desigual e contraditória na medida em que converte tudo em mercadoria, inclusive os bens essenciais, como a moradia. Em segundo lugar, originou-se das ações da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) articulada com os propósitos do governo estadual, por intermédio da difusão de determinadas ideologias de ocupar os "vazios demográficos" e "modernizar" o norte do Paraná.⁵ E por último, tais ações são reflexos da formação da política e do capitalismo brasileiro, diga-se de passagem, subordinado à política internacional, bem como o caráter de dependência da burguesia nacional frente aos fundos públicos.

Maricato (1979) identificou as especificidades da realidade brasileira em relação a outros países capitalistas. No caso do Brasil, segundo ela, o salário não é capaz de cobrir as despesas com moradias, algo que não ocorre, por exemplo, com os trabalhadores dos países capitalistas centrais (Estados Unidos, Inglaterra e França). Nesses países, o Estado ou o mercado imobiliário se encarrega de produzir ou financiar habitações a preços reduzidos. Martins

⁴ Esse assunto será abordado com mais profundidade, inclusive com um referencial empírico, no capítulo 3.

⁵ Ver TOMASI (2007) e DOURADO (2010)

(2007) demonstra que as políticas habitacionais como o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação atenderam aos interesses do capital. Apesar da grande expectativa criada em torno do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), o recente programa navegou nas mesmas águas do antigo BNH, enfim, cometeu os mesmos equívocos. Silva, Savi e Zapa (2011) salientam que tais programas não lograram êxito ao enfrentamento do crescente processo de favelização, haja vista que não romperam com a lógica urbana e fundiária, calcada nos interesses empresariais. Já o Programa Minha Casa Minha Vida e Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social criados na gestão do governo Lula conquistou alguns avanços na política urbana em relação ao BNH, todavia não se trata de mudanças profundas no déficit habitacional vigente no País. Segundo os autores, o PMCMV foi definido a partir dos interesses das classes dominantes, isto é, seguiu os ditames do capital imobiliário.

As constatações realizadas pelos referidos autores permitem concluir que no Brasil não se consolidou nem ao menos a democracia burguesa, o que contribuiu para a criação de um grande abismo social. Neste sentido, as práticas clientelistas e patrimonialistas são concebidas como condutas normais, ou seja, não são necessariamente “criminosas”.

As elites políticas se articularam com as elites econômicas buscando concretizar os interesses privados. Trata-se da exclusão da participação popular das decisões sociais, é o que Francisco de Oliveira denomina de anulação da fala e da política. O resultado disso é o desvirtuamento da cidadania; que às vezes é confundida com a ânsia incessante do consumo e relegada ao plano individual. Tanto que diversos analistas cunharam vários termos para designar a cidadania brasileira, terminologias tais como cidadania mutilada MILTON SANTOS (1990)⁶ cidadania disjuntiva TERESA CALDEIRA (2000)⁷, democratização inacabada ALBA ZALUAR (2007)⁸.

Consideram-se pertinentes as reflexões dos autores supracitados à investigação do presente

⁶ Com o conceito de cidadania mutilada, o autor afirma que grande parcela dos brasileiros não têm acessos aos direitos fundamentais.

⁷ Conforme Caldeira (2000), a ideia de espaço público deveria permear as relações sociais no âmbito urbano, entretanto nas últimas décadas a segregação socioespacial e a violência que atinge principalmente as classes subalternas têm impedido o desenvolvimento da democracia e da cidadania no país. A pesquisadora realizou suas pesquisas na cidade de São Paulo.

⁸ Zaluar (2007) analisa a evolução da “democracia” no Brasil após a queda da ditadura militar, enfatizando o crescimento da criminalidade urbana cujas maiores vítimas são os jovens pobres. Zaluar afirma que a ineficácia do poder público no combate ao crime é decorrente da histórica violação dos direitos civis, da relação da pobreza com o tráfico de drogas e armas, bem como do predomínio dos interesses particulares sobre o público.

tema de pesquisa. Nota-se que a segregação espacial⁹ foi reproduzida a fim de perenizar os privilégios dos grupos dominantes. Por isso, a necessidade do controle das “classes perigosas”. A referida representação a qual criminaliza a pobreza endossa a noção de que as desigualdades originam-se da própria indolência das classes populares. Sustentando a falsa ideia que esses grupos são propensos ao crime e à violência, surge a necessidade de mantê-los afastados, segregados. Indubitavelmente, ocorre a naturalização da realidade social.

Esta mesma lógica ocorre na RMM, alguns municípios como Sarandi e Paiçandu incorporaram essa categorização. O objetivo da pesquisa centra-se na análise da segregação socioespacial imposta pela política urbana maringaense, bem como as representações sociais, principalmente os estigmas e os preconceitos oriundos dessa formação urbana.

Considera-se que essas evidências históricas tornam-se extremamente relevantes para pensar a questão urbana e suas contradições no contexto da pesquisa.

Vainer (2000) sustenta a tese de que as cidades são gerenciadas como empresas, por isso, os seus gestores se preocupam em adotar estratégias para captar capitais, aumentar os recursos tecnológicos, de tal modo que possam competir com outras cidades no mundo globalizado. Essa visão contribui para a intensificação dos conflitos sociais, da segregação, além de ocultar a verdadeira origem das desigualdades na medida em que contraria o direito à cidade¹⁰.

Concernente a Sarandi, a cidade, bem como seus munícipes passaram a ser alvo de expressões pejorativas e depreciativas que são comumente utilizadas para categorizar o perfil dos seus moradores. Esta representação social elaborada no cotidiano das pessoas é resultante da própria formação do município, que se deu a partir de uma hierarquização das cidades, por um lado, pela subserviência da cidade de Sarandi em relação à Maringá, por outro lado, por Maringá ter sido planejada e, conseqüentemente, tida como uma cidade organizada, enquanto Sarandi caracterizada como uma cidade formada por ocupações irregulares, por pessoas carentes e altos índices de criminalidade, enfim, um exemplo a não ser seguido.

Percebe-se que os atributos valorativos foram elaborados pelas classes que dominavam o

⁹ Corresponde a um tipo de aglomeração de um determinado grupo de indivíduos em uma dada área. Os grupos segregados possuem certas características (econômicas ou étnicas) que os diferenciam do restante da sociedade, Villaça, 2001. A presente pesquisa considera que a segregação constitui um obstáculo a construção de uma esfera pública.

¹⁰ Na obra *O direito à cidade*, Lefebvre (2001) enfatiza que o direito à cidade é produto das transformações urbanas. O autor efetua várias críticas às teorias que concebiam o urbano através da perspectiva meramente técnica, Lefebvre aponta que a cidade deve ser construída por intermédio da participação de todos os sujeitos e concebe a classe trabalhadora como o principal agente de transformação do espaço urbano.

cenário econômico e político e, conseqüentemente internalizados pelas massas. Os problemas sociais e urbanos passaram a ser entendidos como um problema individual e natural e não como resultado de relações sociais desiguais, como produto de uma sociedade seletiva.

Estabeleceu-se um campo simbólico do qual emergiram várias representações sociais das quais a cidade de Sarandi recebeu o atributo de cidade desorganizada e violenta, ou seja, somente valores pejorativos, ao passo que Maringá, impulsionada pela mídia, foi e é vista como uma sociedade justa, organizada e sem graves problemas sociais, algo veementemente questionado por várias pesquisas, inclusive pela tese de Rodrigues (2004), a qual embasa a presente pesquisa.

Por isso, a cidade, atualmente, recebe atributos negativos e, é muito comum pessoas, expressões tais como "um lugar perigoso", "lá só tem bandido", "tenho medo de ir lá".

Nota-se que o preconceito, fruto da segregação social e espacial, é reproduzido nas escolas, nas conversas e, sobretudo nos noticiários. Quando não é raro, nos noticiários maringaenses a expressão "os bandidos fugiram em direção a Sarandi".

Seguindo as reflexões de Cesário e Nollí (2004) as comunicações de massa estão inseridas em vários aspectos da vida social moderna. Os jornais e a televisão são as mídias mais utilizadas na modernidade e exercem uma influência muito grande na opinião pública.

Os meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão, não são neutros, todavia, apropriam-se de temas do cotidiano, empreendendo uma nova roupagem, ou seja, uma ideologia capaz de envolver as massas, CESÁRIO E NOLLI (2004). No caso de Sarandi, dentre os problemas sociais, os meios de comunicação exploram a questão da violência urbana, perpassando a ideia errônea que essa é algo específico dos bairros pobres da cidade de Sarandi, assim, não relacionam a violência urbana com as questões mais amplas da sociedade.

Os desdobramentos desse processo de segregação culminaram na elaboração dos estigmas. As pessoas que não possuíam condições financeiras para permanecerem em Maringá eram obrigadas a adquirirem lotes mais baratos nos municípios vizinhos, como Sarandi, entretanto, os lotes não eram regulares, tendo em vista que o município desenvolveu-se de forma desordenada. A partir daí, iniciam-se os estigmas, posto que se o indivíduo compra um lote irregular, ele tem sua conduta, pelo menos, questionável. Ademais, se o indivíduo não consegue permanecer em Maringá e busca refúgio em um município "inferior", ele é taxado de incompetente, além de, supostamente, concordar com as "irregularidades" do local.

As cidades de Paiçandu e Sarandi receberam boa parte dessa população, contudo, nessas localidades havia baixa qualidade ou inexistência de serviços públicos, por isso, os imóveis eram mais baratos que os de Maringá. Vale ressaltar que ao contrário do que é divulgado, as pessoas não optaram por essas condições, mas foram forçadas pelas circunstâncias sociais, sendo assim, a segregação e os conflitos são decorrentes da excludente política nacional e maringaense e não das condutas individuais.

Dentre as cidades que congregam a região metropolitana de Maringá, Sarandi é a que possui índice de metropolização mais elevado. Esse fato é constatado pelo índice populacional da cidade e pelo ritmo de crescimento do município, por outro lado, os equipamentos sociais necessários a uma condição de vida cidadã não são oferecidos à maioria da população, o que gera a segregação social, dessa forma, os conflitos sociais e a violência são produtos das contradições sociais que assolam a sociedade.

Pondera-se que as pessoas que foram para Sarandi em busca de moradia e que, inicialmente, esbarraram-se em condições hostis, como a ausência de trabalho, de serviços públicos e infraestrutura, o fizeram porque as circunstâncias sociais as obrigaram. Pouco provável que milhares de pessoas escolham livremente certas situações que lhes causem opressão e sofrimento.

Ainda que os dados mostrem altas taxas de criminalidade no referido município, os dados também apontam milhares de trabalhadores que travam uma luta diária pela sobrevivência. Isso significa que não se trata de uma sociedade anômica no sentido durkheimiano, mas de uma cidade que além de problemas sociais, possui um sentido de comunidade. Priori (2012) demonstrou que a população sarandiense não é alienada e tampouco concorda passivamente com as dificuldades urbanas que pelas quais enfrenta, ele identificou uma miríade de movimentos sociais os quais lutam por diversos direitos (moradia, moralização da política, transporte).

Dourado (2010) salienta que os municípios vizinhos arcam com a “pujança” de Maringá. Por isso, são necessárias políticas urbanas capazes de trabalhar as questões de todos os entes metropolitanos e não somente do município polo. Apesar de algumas tentativas de alguns projetos para lidar com os problemas metropolitanos como a Coordenadoria da Região Metropolitana de Maringá (COMEM), tais iniciativas têm se esbarrado em interesses antipopulares. Silva, Savi e Dias Silva (2010) esclarecem que a criação da Coordenadoria da Região Metropolitana de Maringá, com a missão de reduzir dependência e criar uma rede de

solidariedades entre os municípios da RMM, apresenta uma série de inconsistências, posto que, o seu projeto se ampara nas ações do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Entretanto, para os referidos pesquisadores, ações do PAC estão sendo implementadas sem quaisquer vínculos com as políticas regionais. Ademais, o Programa Federal tem priorizado o município polo. O Portal Controle Social de Sarandi¹¹ ressalta que as metas e as iniciativas da COMEM para os municípios estão caminhando a passos lentos: questões como mobilidade e moradia popular estão emperradas.

Autores como Ermínia Maricato, Orlando Santos Jr, Luiz César de Queiroz Ribeiro, por exemplo, veem a premência da ampliação da participação popular, assim como da aplicação dos princípios legais, entre os quais, o direito à cidade e a função social da cidade. Estes instrumentos constituem uma importante arma contra as práticas autoritárias, clientelistas e patrimonialistas e somente assim será possível a desmercantilização da cidade.

Para o desenvolvimento desta pesquisa e para atingir tais objetivos, com base na metodologia de análise adotada, os procedimentos metodológicos adotados foram os seguintes: 1. Levantamento e discussão bibliográfica; 2. Levantamento de reportagens de jornais locais; 3. Realização de entrevistas junto a instituições, órgãos governamentais, e pessoas diretamente ligadas ao município de Sarandi; 4. Trabalho de campo (reconhecimento da área, levantamento fotográfico, aplicação de questionário e entrevistas junto aos moradores do município).

No primeiro capítulo, busca-se compreender a dinâmica urbana no interior do capitalismo, o modo em que a disputas de classes permeiam a referida questão, por isso, o entendimento dos fatores econômicos, as mudanças no mundo do trabalho, bem como os arranjos políticos tornam-se indispensáveis ao problema da investigação.

O capítulo aborda a forma em que determinadas ideologias e representações são criadas e transmitidas como “verdades” para o conjunto social. Trata-se de “versões” do real veiculadas as quais são utilizadas para escamotear as contradições sociais e legitimar a ação dos grupos dominantes. Por isso, analisa-se o papel desempenhado pelos diversos agentes na manutenção das desigualdades e da segregação.

No segundo capítulo, busca-se investigar algumas das novas dinâmicas relacionadas com as alterações urbanas na região de Maringá. Para tanto, verifica-se os impactos do ideário

¹¹<http://www.controlesocialdesarandi.com.br/>. Acesso em 06/10/2014

neoliberal na realidade nacional, detendo-se, sobretudo no seu aspecto fundante, isto é, o carácter privatista dessa realidade. Por isso, realizou-se um estudo de caso, analisando um condomínio horizontal fechado, situado entre Sarandi e Maringá, denominado de Eco Garden. A investigação da localização e dos propósitos do empreendimento permitiu detectar, empiricamente, a intensidade da segregação espacial e social entre os dois municípios. A partir da análise do Eco Garden evidencia-se a elaboração e estratégias de carácter privatista e segregador, mas com o objetivo de valorização do solo urbano, ressaltando o aspecto mercantilista e excludente da cidade atual.

O terceiro capítulo apresenta uma análise da questão urbana no Município de Sarandi, a partir do fenómeno da segregação socioespacial. Metodologicamente, o trabalho apoiou-se em um levantamento bibliográfico abordando a questão urbana e a segregação espacial no bairro Vale Azul após a implementação de condomínios horizontais fechados em seu entorno. Estes conceitos fundamentam todo o trabalho, a fim de problematizar o processo de segregação no espaço intra-urbano. Utilizamos a coleta de dados quantitativos a fim de compreender a realidade urbana de Sarandi, bem como identificar os impactos dos novos empreendimentos imobiliários na vida cotidiana dos moradores, sobretudo, os pertencentes às classes populares.

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ: A ORIGEM DA SEGREGAÇÃO E DOS ESTIGMAS EM RELAÇÃO A SARANDI

“Sabe com quem está falando” tem inúmeras variantes, seus equivalentes: “Quem você pensa que é”, “Onde Você pensa que está”, “Recolha-se à sua insignificância!”, “Vê se te enxerga!”, “Você não conhece o seu lugar”, “Vê se me respeita!”, “Será que não tem vergonha na cara”, “Mais respeito!” etc. As expressões podem realizar o mesmo ato expressivo e consciente que, na sociedade brasileira, parece fundamental para o estabelecimento (ou reestabelecimento) da ordem e da hierarquia.

Roberto Damatta, 1997, p. 196.

1.1 O município de Sarandi no contexto da Região Metropolitana de Maringá

O município de Sarandi possui área territorial de 103.463 km² e possui aproximadamente 90 mil habitantes (IBGE, 2014), localiza-se no Norte do estado do Paraná e é conurbada com a cidade de Maringá com aproximadamente 390 mil habitantes – IBGE, 2014. Segundo Rodrigues (2011) ressalta que a RMM não apresenta características de metropolização, haja vista que inexistente integração efetiva entre os municípios, apenas os municípios de Sarandi e Paiçandu estão conurbados como o município polo. Ancorando-se nos apontamentos feitos pela geógrafa Rosa Mourado Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Rodrigues (2012) pondera que uma região metropolitana só poderia ser considerada como tal quando obedece a um conjunto de gestão com objetivo de planejamento e organização com vistas ao interesse comum dos vários entes. Todavia a RMM caracteriza-se pelas discrepâncias econômicas e políticas entre os municípios integrantes.

Tabela 1 -Dados indicadores do perfil de Sarandi- PR

ÁREA SOCIAL			
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA
População Censitária – Total	IBGE	2010	82.847 habitantes
Número de Domicílios – Total	IBGE	2010	
Matrículas na Creche	SEED	2013	1310 alunos
Matrículas no Ensino Médio	SEED	2013	3114 alunos
Matrículas no Ensino Superior	MEC/INEP	2013	414 alunos
ÁREA ECONÔMICA			
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA
População Economicamente Ativa (PEA)	IBGE	2010	42.712 pessoas
População Ocupada (PO)	IBGE	2010	40.797 pessoas
Número de Estabelecimentos – RAIS	TEM	2013	1730
Número de Empregos – RAIS	TEM	2013	13.378
INFRAESTRUTURA			
	IBGE	2010	42.712 pessoas
População Ocupada (PO)	IBGE	2010	40.797 pessoas
Número de Estabelecimentos – RAIS	TEM	2013	1730
Número de Empregos – RAIS	TEM	2013	13.378
INDICADORES			
INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	ESTATÍSTICA
Densidade Demográfica	Ipar-des	2013	852,26 hab/km ²
Grau de Urbanização	IBGE	2010	99,15 %
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2010	0,695
Índice Ipar-des de Desempenho Municipal – IPDM	Ipar-des	2011	0,6758

Fonte: IPARDES (2014)

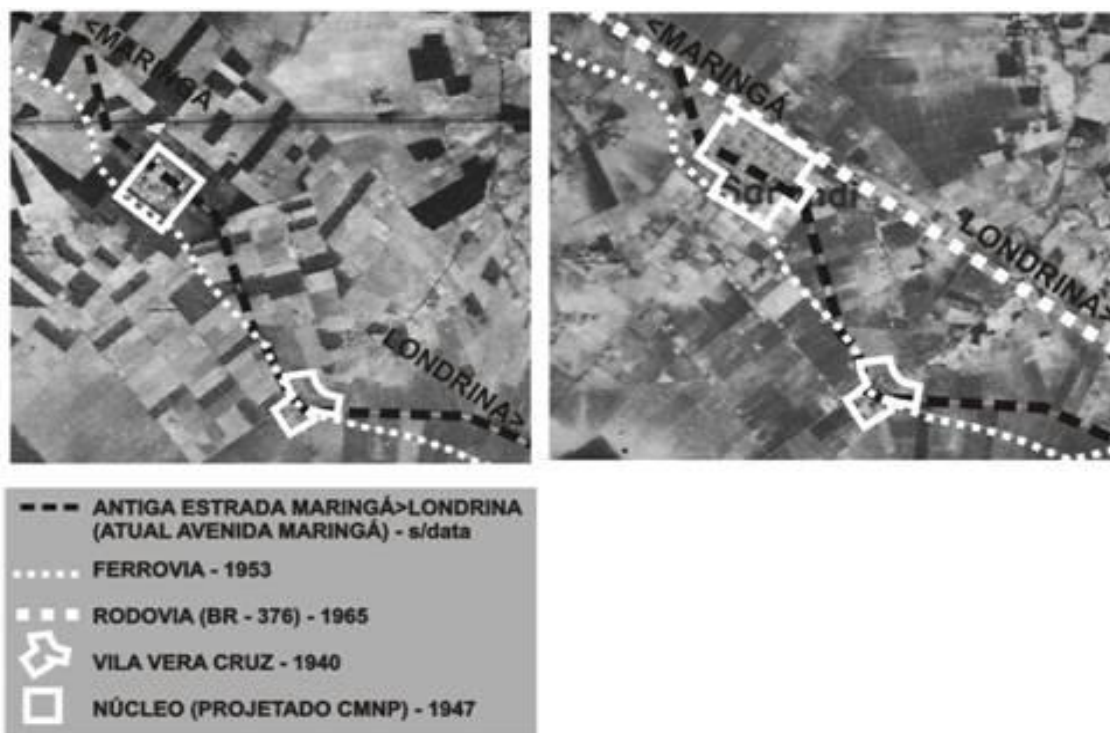
De acordo com Silva, Savi e Zapa (2011) as cidades de Sarandi e Maringá inseriram-se no grande projeto de colonização levado a cabo pela Companhia de Terras Norte do Paraná que posteriormente foi sucedida pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Conforme os autores, os municípios em questão, foram submetidos a processos distintos de urbanização. A empresa colonizadora concebeu funções diferenciadas aos municípios, neste sentido Maringá foi projetada para ser um polo regional e administrativo visando desempenhar funções econômicas importantes, já os outros municípios, como Sarandi, por exemplo, tinham por finalidade cumprir funções secundárias e fornecer suporte ao município polo regional.

Por intermédio de uma minuciosa pesquisa sobre a formação fundiária do norte do Paraná, Cunha (2011) analisa o papel da Companhia de Terras Norte do Paraná e demonstra que a ocupação fundiária do Estado do Paraná ocorreu por meio de concessões, uma forma de

agilizar o “povoamento”. A autora chama atenção para os 515.000 alqueires de terras adquiridos pela CTNP no Norte do Paraná. A pesquisadora assinala que as referidas concessões baseavam-se em acordos entre o Estado e a Companhia. Para os gestores públicos, a atuação da CTNP visava a ocupação da região através de formação de vilas, construção de estradas e comércios. “A CTNP continuou a adquirir terras até completar 544.017 alqueires, 6% do total da área do Estado, com a finalidade de proceder à uma colonização privada, isto é: vendas de terras e povoamento” (CUNHA, 2011, p. 55).

Segundo Cunha (2011) o Governo do estado garantiu a concessão para o grupo inglês com a garantia que fosse planejada uma cidade a cada 10 km acompanhada de uma estrada de ferro em toda a sua extensão. Todavia a Companhia não cumpriu a referida exigência. A autora sublinha as atividades de especulações praticadas pelo grupo, além da intensa propaganda irresponsável para atrair compradores de lotes e trabalhadores. A partir de 1944, a CTNP foi adquirida por Gastão Mesquita e passou a ser chamada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

Mapa 1: Vila de Vera Cruz (Sarandi) na década de 50



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná. Organização: Ströler e Souza (2011)

Para Ströler e Souza (2011), a ocupação do território pertencente à Sarandi data de 1935, quando imigrantes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e de alguns estados do Nordeste adquiriram os primeiros lotes de terras. As autoras mencionam que o município foi projetado pela CTNP para abrigar cerca de 2200 habitantes, tanto que inicialmente teve a classificação de patrimônio.

Pode-se afirmar que tanto Maringá quanto Sarandi refletem o projeto da Companhia de terras. O plano urbanístico das duas cidades esteve vinculado aos interesses da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Nestes termos,

O objetivo da Companhia era de construir um eixo rodoferroviário de penetração com a finalidade de facilitar o acesso a novas áreas e permitir o escoamento rápido e seguro à produção da região e assentar núcleos urbanos básicos de colonização ao longo do eixo rodoviário a uma distância de 100 em 100 quilômetros (Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama) tendo núcleos menores a cada 15 km (dentre eles Sarandi) e população rural (SILVA, SAVI E ZAPA, 2011, p. 7).

Ströler e Souza (2011) mencionam que nas décadas de 70, 80 e 90, Sarandi sofreu a maior expansão, principalmente através da atuação das construtoras Vicky e Sol, responsáveis pela maior parte dos loteamentos do município. Entretanto, as pesquisadoras observam que o parcelamento rural ocorreu sem articulação com o traçado vigente e sem preocupação com a proteção dos recursos hídricos. A especulação imobiliária praticada em Maringá foi outro fator relacionado à expansão de Sarandi. Desse modo:

Durante a década de 90, o território de Sarandi sofreu a segunda maior expansão – em termo de número de loteamentos aprovados – com o surgimento de mais de 28% dos loteamentos existentes hoje. De acordo com Ivo Caleffi (2007), atual presidente da Coordenadoria Metropolitana de Maringá, um dos motivos dessa intensa ocupação na década de 90, esteve relacionado a um aumento expressivo no valor do IPTU em Maringá “e pela especulação imobiliária engendrada com objetivos bem claros de mandar os pobres da cidade, cantar em outra freguesia (STRÖLER E SOUZA, 2011, p. 71).

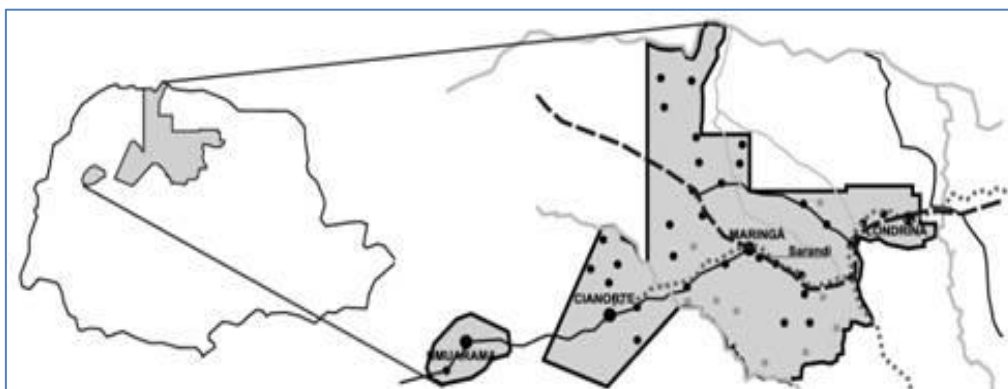
Segundo Silva, Savi e Zapa (2011), algumas cidades, como Maringá, foram planejadas para serem grandes negócios imobiliários. Conforme as reflexões de Rodrigues (2004), Maringá desenvolveu-se a partir da propagação de recursos imagéticos, desse modo a cidade incorporou vários atributos tais como cidade jardim, planejada, com excelente qualidade de vida, etc. Entretanto, são omitidos o violento processo de exclusão social e segregação que perpassou e ainda perpassa o desenvolvimento da cidade. Por um lado, na região RMM, Maringá representa o planejamento, a democracia e a eficiente administração, e os outros

municípios como Sarandi, por exemplo, representam o caos urbano, a corrupção generalizada e a violência. O que chama atenção é que o cotidiano classifica essa divisão como sendo natural, ou seja, os meios de comunicação contribuem para legitimar essa divisão por meio da consolidação de determinadas representações. Com isso, não se está tentando afirmar que não existam desigualdades e pobreza nos municípios fronteiriços a Maringá, mas interesse presente é entender essas desigualdades, e como foram elaboradas tais representações.

O planejamento urbano de Maringá, qualificado como “moderno”, desenvolveu-se sob a lógica capitalista. Acerca disso Maricato (2007) assinala que “os padrões do urbanismo modernista pós- 1940 foram aplicados a uma parte das cidades, formando verdadeiras ‘ilhas do primeiro mundo’ cercadas de ocupação ilegal, promovidas por favelas, cortiços e loteamentos clandestinos” (MARICATO, 2007, p. 53). É o que ocorreu no tecido urbano da RMM, o arrojado projeto urbano maringaense se concretizou através de intenso processo e segregação.

Segundo Rozeira (1999) Sarandi se tornou um município emancipado em 1981, entretanto mais de 50% dos lotes existentes já haviam sido aprovados, antes de Sarandi se tornar oficialmente uma cidade. Isso significa que o município não tinha infraestrutura adequada para comportar o grande fluxo de moradores que recebia anualmente. Na verdade o baixo preço dos imóveis em relação aos praticados em Maringá era o fator de atração. Conforme os dados mencionados anteriormente, desde a época da atuação da CMNP, Sarandi já possuía uma função periférica, entretanto as mudanças no cenário político e econômico na RMM contribuíram para a acentuação dos problemas, uma vez que o município apresentou o maior crescimento demográfico da região. Todavia a cidade não possuía uma condição urbana adequada para acomodar a crescente população.

Mapa 2; Mapa da propriedade loteada pela CMNP com as cidades loteadas por esta companhia e as demais fundadas por iniciativas individuais. Destaque Sarandi nesta estrutura.



Fonte: Souza et al., 2009.

Freire (2009) afirma que o primeiro núcleo urbano de Sarandi iniciou-se em 1947, no entanto somente em 1992 que foi elaborado um plano municipal de zoneamento, mesmo assim a ocupação do solo processou-se com ausência do controle público. Segundo o autor, de 2006 em diante que houve uma preocupação mais intensa com a política urbana. Convém ressaltar que a busca pela qualidade da vida urbana na referida cidade partiu da organização dos moradores, o que Silva denominou de associativismo.

Observando as associações de bairros, através de visitas “in lócus”, nas cidades de Sarandi e Paiçandu, foi possível ver que, neste caso, os moradores estão envolvidos em resolver os problemas que afetam suas vidas de modo comum. Os problemas de infraestrutura são os que mais mobilizam. Não consta nas associações de bairros destes municípios trabalhos de caráter assistencialista, não há cargos remunerados e toda a população acaba participando, de modo direto ou não. Participam de modo indireto aqueles moradores que, apesar de não estarem presentes nas reuniões, sempre estão reivindicando melhorias para o bairro ao presidente da associação. Não que aqui não seja válido abordar outros tipos de associativismos, além das associações de bairros (SILVA, 2008, p. 71).

Os estereótipos e os estigmas sobre o município e à população sarandiense estão relacionados com o crescimento desordenado do tecido urbano de Sarandi: a proliferação dos lotes e habitações irregulares engendrou a imagem de uma cidade marcada pelas ações irregulares.

Acerca disso, Caldeira esclarece:

O crime e o criminoso são associados aos espaços que supostamente lhes dão origem, isto é, as favelas e os cortiços, vistos como os principais espaços do crime. Ambos são espaços liminares: são habitações, mas não o que as pessoas consideram residências apropriadas (...)

As favelas são residências erguidas em terras inválidas. Embora os barracos possam se parecer com algumas residências na periferia, a principal diferença é que na periferia a maioria das pessoas compram o terreno onde constroem suas casas (mesmo que sejam barracos) ou pagam aluguel. Numa favela, apesar dos moradores também construírem suas habitações e às vezes as alugarem, as residências são construídas e terra obtida ilegalmente, e considera-se que seus residentes não se coadunam à classificação de cidadãos (CALDEIRA, 2000, p. 79).

Melo (2000) esclarece que inicialmente o termo estigma surge na Grécia como uma forma de caracterização dos indivíduos considerados indesejáveis à sociedade. Desse modo:

O estigma era, portanto, marca representada por um corte ou uma queimadura no corpo e significava algo de mau para a convivência social, representativa de um registro de escravatura ou de criminalidade, algo que simbolizava um rito de desonra, um mito da tradição da época. Essa marca significava uma advertência, um sinal para se evitarem contatos nas relações sociais, tanto no contexto particular, isto é, privado, como, principalmente nas relações institucionais de caráter público, pois comprometiam as relações comerciais (MELO, 2000, p. 18).

Na atualidade, Melo (2000) salienta que as atitudes estigmatizantes suscitam valores negativos, de contatos que devem ser evitados, pois expressam certos comportamentos que, por sua vez são considerados desviantes ou contrários à ordem. Sendo assim:

O sujeito denominado como portador de um estigma não pode pertencer à mesma categoria de sujeitos cidadãos, isto é, participar com os mesmos direitos, mas tem de obedecer às regras da marginalidade e responder dentro dos critérios estabelecidos para o grupo (MELO, 2000, p.18).

Segundo ela, a sociedade estabelece determinados padrões de comportamentos, os quais funcionam como controle social, neste sentido os indivíduos que não seguem os modelos pré-determinados, são estigmatizados, rotulados e marginalizados. Os grupos estigmatizados são vistos com desconfiança pela sociedade, e suas oportunidades sociais são reduzidas, na medida em que carecem de credibilidade, tendo em vista que são considerados “nocivos” e “perigosos” à ordem social.

Os preconceitos são atitudes negativas contra pessoa, povo ou cultura e fundamentam-se em estereótipos – caracterizações superficiais e pejorativas- as quais são utilizadas para julgamentos prévios.

Embora a legislação brasileira repudie quaisquer formas de preconceitos, os preconceitos são manifestos nos diferentes aspectos e são socialmente naturalizados e enraizados nas práticas sociais. As práticas de diferenciação e exclusão social são exercidas ainda que de forma inconsciente.

Outro ponto fundamental é que o estigma insere-se no sistema de dominação, dessa forma, os grupos que legitimam determinados comportamentos, reduzem a chances dos indivíduos estigmatizados alterarem as condições de marginalidade social. Trata-se da imposição de práticas específicas pertencentes à ideologia dominante.

Conforme Filho (2004), a palavra estereótipo ingressou metaforicamente nas ciências sociais na década de 20 pelo escritor e colunista político estadunidense Walter Lippmann, em *Public opinion* (1922), Lippmann identifica duas funções básicas exercidas pelo estereótipo: a primeira, com forte conotação psicológica, descreve o estereótipo como uma forma de classificação de informações no bojo da sociedade altamente diferenciada, desse modo, ele funciona como um modelo para classificar e interpretar a multiplicidade de experiências da vida social, sobretudo nas cidades modernas. Lippmann reconhece que a utilização dos estereótipos associa-se com o estabelecimento e legitimação da ordem.

Outro conceito estereótipo de Lippmann, descrito por Filho (2004), sustenta a tese de que os estereótipos são construções irracionais e enviesadas e representam de forma depreciativa os estrangeiros, os índios, os negros, dentre outros e, funcionam como obstáculos ao processo democrático. Por isso, os estereótipos são condicionados pelos conflitos, como destaca Silva:

Como práticas significantes, os estereótipos não se limitam, portanto, a identificar categorias gerais de pessoas – contêm julgamento e pressupostos tácitos ou explícitos a respeito de seu comportamento, sua visão de mundo ou sua história. Embora possam variar em termos de virulência e apelo emocional, geralmente representam, expressam tensões e conflitos sociais subjacentes – o “português boçal”; “o irlandês rude”; “o oriental dissimulado”; “o argentino esnobe”; “o imigrante arruaceiro”; “o roqueiro drogado”; “o rebelde sem causa”; “o homossexual erotomaníaco”; “o intelectual afeminado”; “o índio preguiçoso” etc. (SILVA, 2004, p. 76).

Seguindo o raciocínio de Lippmann é possível inferir que os estigmas colaboram para a manutenção das estruturas de poder, tendo em vista que perenizam certas opiniões e valores, geralmente aqueles defendidos pelos grupos dominantes.

No processo de desenvolvimento da RMM, o município de Sarandi, assim como a sua população foram vítimas de estigmas e estereótipos, por isso não é raro encontrar alguém que afirma que Sarandi é uma grande favela de Maringá. Esse tipo de pensamento, por um lado, ancora-se na própria formação de Maringá, isto é, no planejamento e na racionalidade, por outro, a própria natureza capitalista valoriza o título de propriedade, mas Sarandi representa o oposto de tudo isso. Os estigmas e estereótipos sobre a cidade foram construídos e

reproduzidos, principalmente pelas elites e pela mídia do município de Maringá. É o que demonstrou o Plano Diretor de Maringá (1991)¹² que diagnosticou a expansão urbana de Sarandi como:

...pode merecer o qualificativo de caótica, pois se deu obedecendo à lógica exclusiva da especulação imobiliária, que muitas vezes não respeitou, sequer o princípio preliminar da manutenção das diretrizes do sistema viário. A resultante deste processo é um tecido urbano desarticulado, apoiado em padrão de parcelamento bastante inadequado, e num sistema viário no qual é de difícil percepção a hierarquia (PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE MARINGÁ, 1991, apud RODRIGUES, 2004, p. 103).

Mapa 3: Território urbano de Maringá e Sarandi



Fonte: Google Maps, 2014

¹² PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. Plano Diretor Integrado de Desenvolvimento. Maringá, 1991.

Fotografia 1-Vista Aérea de Sarandi



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread>

Com base no exposto, considera-se que o desenvolvimento urbano é produto das ações recíprocas dos diversos grupos, que por sua vez, são motivadas por interesses econômicos e políticos, como já foi apresentado ao longo do presente texto, mas o que interessa no momento é a ideia de representação, isto é, estabelecer as construções simbólicas sobre o município de Sarandi com a formação da RMM, impulsionada por Maringá.

Sarandi sempre foi vista como local de criminalidade e precariedade, de ocupação ilegal e provisória; de fato os indicadores sociais apresentados pelo município, nada mais são do que o reflexo da ausência de políticas urbanas consistentes ao longo de sua história. No entanto, a violência urbana (destaca-se os homicídios) amplamente explorada pela mídia, repercute diretamente na imagem da cidade. Tais aspectos foram gradativamente influenciando a construção social de símbolos por determinados agentes sociais que, em seus discursos, contribuíram por propagar a ideia estigmatizada da cidade.

Nestes termos, a burguesia já utilizava o termo “classes perigosas”¹³ e o fazia no sentido de entender as desigualdades com o algo natural e como um fenômeno individual; trata-se de uma ideologia, como tantas outras que existiram em outros momentos históricos, que

¹³ “A legislação penal do fim do século XIX determinava: a ociosidade era considerada ‘crime’ e, como tal punida. Reconhecida e legitimada abertamente, a prática da repressão aos desempregados e subempregados – os pobres- ficava clara no discurso dos responsáveis pela segurança pública e pela ordem nas cidades. O controle social dessas camadas deveria ser realizado de forma rígida. Sidney Chalhoub afirma que os legisladores brasileiros utilizam termo ‘classes perigosas’ como sinônimo de ‘classes pobres’, e isso significa dizer que o fato de ser pobre o torna automaticamente perigoso à sociedade (PEDROSO, 2002, p. 24).

objetivavam justificar a dominação sobre o outro. Aristóteles já defendia a escravidão como algo natural. O mesmo parece ocorrer com o processo urbano da RMM. O arcabouço ideológico sustenta que Maringá representa a civilização, o planejamento urbano eficiente e questões sociais resolvidas e, as cidades de seu entorno como Paiçandu e Sarandi representam o caos urbano e a criminalidade.

Não se está pretendendo afirmar que não existam problemas sociais significativos nessas cidades, mas sim desconstruir a noção de que os problemas urbanos são naturais, como barreiras intransponíveis. Foi amplamente difundido que os problemas urbanos das cidades vizinhas são de responsabilidade única dos respectivos municípios.

Essas afirmações evidenciam a ausência de uma reflexão mais apurada sobre o desenvolvimento dos municípios da RMM, sobretudo no caso de Sarandi, resultando no obscurecimento do processo de urbanização maringaense que é caracterizado como altamente excludente e influenciou diretamente e indiretamente a realidade dos municípios da RMM, ou por outras palavras, os problemas sociais que enfrentam essas cidades deve-se, pelos menos em parte, à política urbana segregadora maringaense. Esse ambiente de exclusão e segregação foi orquestrado pelo poder público e privado através da convergência de interesses. Segundo Rodrigues (2004) a configuração do espaço urbano de Maringá se efetivou com a ausência de favelas e ocupações irregulares e com forte influência do mercado imobiliário, que, por sua vez, direcionou as ocupações segundo o poder aquisitivo dos adquirentes, contribuindo assim para a segregação espacial, posto que, os "melhores lugares" da área central foram adquiridos pelas classes abastadas, enquanto, as classes com um menor poder aquisitivo se concentraram na periferia da cidade, na qual os serviços públicos e infraestrutura eram deficientes, por isso, os imóveis eram adquiridos por preços menores.

À medida que as áreas residenciais periféricas foram se esgotando e conseqüentemente se valorizando, as pessoas começaram a se instalar nas cidades vizinhas de Maringá, no caso Paiçandu e Sarandi, por meio de ocupações irregulares, como as favelas, por exemplo. Conforme Sachs (1999) o fator renda se expressa pelo acesso desigual às infraestruturas, ao solo e à moradia urbana. Assim sendo, a população excluída do mercado imobiliário formal e a inexistência de políticas públicas, obrigam-na a criar soluções por conta própria. A proliferação das favelas é exemplo disso. Evidencia-se que a realidade era bem diferente, pois propagava-se a imagem de cidade inovadora, democrática, mas ocultava as práticas

segregadoras empregadas pelos agentes responsáveis pela gestão urbana. O planejamento urbano seguiu a lógica capitalista, mas com uma forte dose de valores patriarcais.

Evidencia-se que, desde o início, o planejamento urbano maringense fora altamente seletivo como atestou a tese de Rodrigues (2004) Segundo a lógica dessa política, a exclusão de determinados grupos considerados indesejáveis mostrou-se necessária para a valorização do espaço urbano, na medida em que objetivavam auferir cada vez mais valores de troca. Mas cabe ressaltar que embora o progresso de segregação em Maringá tenha sido violento, também a veiculação de determinadas representações e ideologias se mostraram (e ainda se mostram) altamente eficientes para os objetivos das elites. Tais representações e ideologias cumprem a função de mitigar o violento processo de segregação e desigualdade social pela qual assola a cidade. Os grupos que comandaram (e ainda comandam) a realidade urbanística da cidade, realidade esta impulsionada pela segregação espacial, ainda hoje falam em nome da cidade, transmitem a sensação de que criaram um município diferenciado, democrático, “a melhor cidade para se viver do Brasil”. Tais agentes são semelhantes aos “homens bons”, os proprietários rurais que ocupavam o cargo de vereador no passado. Assim a construção de ideologia¹⁴ e representações permeou a realidade espacial e social da RMM.

Rodrigues (2004) e Galvão (2011) afirmam que o desenvolvimento do município de Maringá consubstanciou-se a partir do mascaramento das desigualdades e dos conflitos sociais. Os efeitos dessa ideologia e representações objetivaram legitimar a atuação de determinados agentes econômicos e políticos, como também naturalizar a segregação socioespacial.

Desse modo predominou o saber técnico e especializado, mas fragmentado e incapaz de apreender a totalidade do social em detrimento da participação popular. Para os gestores maringenses, a realidade urbana e social sarandiense aparece como algo natural, os graves problemas urbanos que assolam a cidade são apreendidos como produtos da individualidade. A referida estratégia escamoteia os conflitos entre as classes sociais, bem como coloca a segregação social como algo necessário e inevitável. Segundo Villaça (2009), a segregação espacial é um dos mecanismos perversos da dominação política cujo, propósito reside na apropriação desigual do solo urbano enquanto produto do trabalho humano. Desse modo:

Temos fortes razões para acreditar – embora não tenhamos estudado outras metrópoles além das brasileiras – que tanto a segregação como seu impacto sobre a estrutura urbana, tal como aqui estudados, serão tão mais fortes

¹⁴ Marx e Engels (1976) classifica a ideologia como as ideias da classe dominante e por meio dela legitima a dominação sobre o conjunto social.

quanto maior for o desnível entre os poderes econômicos e político das classes sociais (VILLAÇA, 2009, p. 224).

No caso, Sarandi recebeu grande contingente de pessoas que não conseguiu se instalar em Maringá devido ao alto preço do solo. O município de Maringá foi projetado em áreas segregadoras, com isso os adquirentes foram classificados conforme o poder aquisitivo. Ademais, pessoas que migraram de outras regiões do Estado, para tentar a vida na região, realizam os mesmos procedimentos: trabalham em Maringá, mas residem em Sarandi. A mercantilização do urbano produziu um processo de segregação avassalador, resultando em uma condição urbana terrível para as classes populares. Sobre essa questão, Ribeiro (2007) afirma que:

A segregação socioespacial assume o papel de reprodutora das desigualdades no que respeita à distribuição do poder social na sociedade, entendido este como a capacidade diferenciada dos grupos e classes em desencadear ações que lhes permitam disputar os recursos urbanos (RIBEIRO, 2007, p.27).

1.2 A construção da imagem de Sarandi

A construção da imagem do município de Sarandi se entrelaça com o desenvolvimento de Maringá, bem como com o papel desempenhado pelos gestores e agentes imobiliários. Este aspecto ficou explícito na fala do entrevistado 01¹⁵, 60 anos, empresário e filho de um dos primeiros moradores de Sarandi, segundo ele a intensificação do loteamento no município ocorreu na década de 70 e relacionou-se a dois acontecimentos da época: o primeiro trata-se da conduta política do prefeito João Paulino¹⁶ de dificultar a criação de lotes populares em Maringá, fato que impulsionou a migração de pessoas para Sarandi em busca de moradia com preços acessíveis. Ele destaca que as primeiras loteadoras comercializavam lotes sem infraestrutura (pavimentação asfáltica, água, luz), além disso, a expansão da cidade ocorria sem espaços públicos como praças e campos de futebol. O entrevistado 1 ressalta que Sarandi desenvolveu-se de forma desordenada e que sempre foi alvo de preconceito e estigmas. Ele menciona que persistia certa desconfiança do empresariado maringaense acerca dos residentes

¹⁵ Informante 1 concedeu-me a entrevista em 08/04/2014.

¹⁶ João Paulino Vieira Filho, advogado, promotor público e pecuarista, exerceu o mandato de prefeito de Maringá entre 1977 e 1982.

de Sarandi. Era muito comum a utilização de expressões pejorativas para qualificar os trabalhadores sarandienses, como por exemplo, pertencente a “terra de índios”.

A entrevistada 02¹⁷, 60 anos, aposentada, natural de Minas Gerais, menciona que conhece Sarandi há mais de 40 anos, anteriormente morava na Vila Operária em Maringá e pagava aluguel. Há mais de 22 anos veio para Sarandi em busca da casa própria. Na entrevista, ela afirmou que, naquela época, na cidade “tudo era mato” e inexistia infraestrutura: serviços públicos tais como, hospital, transporte coletivo, etc. Já Maringá contava com uma estrutura de cidade. A precariedade do urbano do município de Sarandi incidia diretamente sobre o preço da moradia, ou seja, praticavam-se preços menores em relação ao município polo. O entrevistado enfatiza a evolução pela qual passaram os dois municípios (Maringá e Sarandi), ela atesta que algumas décadas atrás Maringá não possuía status de cidade grande, “mas agora virou uma capital”. Quando questionada sobre a origem do preconceito contra a cidade de Sarandi, afirma que isso é um fenômeno relativamente recente, produto da rápida expansão de Sarandi. Por meio do seu relato, percebe-se claramente a dependência de Sarandi em face de Maringá e a dominação exercida por Maringá sobre os municípios de seu entorno e se expressa no âmbito econômico, político e cultural.

Nas falas dos entrevistados é perceptível a assertiva de que tanto os problemas como os estigmas enfrentados pelo município constituíam-se como algo exterior as suas vontades. Desse modo, as narrativas dos entrevistados demonstram a preocupação com melhorias na cidade, assim como rejeitam os estigmas e os preconceitos a que são submetidos.

A despeito de vários conflitos provenientes desse tipo de segregação, sua existência propicia a manutenção do poder e de privilégios de uma minoria que nutre as atividades mercadológicas presentes na cidade, sobretudo o espaço urbano.

A tabela abaixo mostra que a desigualdade social existente em Maringá, em relação ao Índice de Gini¹⁸ é superior a de Sarandi. Todavia, é preciso relativizar isso, pois, ocorre que em Sarandi a maioria da população é constituída por indivíduos de baixa renda, desse modo não há discrepâncias sociais tal como em Maringá.

¹⁷ Informante 2, moradora de Sarandi, concedeu-me a entrevista em 08/04/2014.

¹⁸ O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo PNUD, o Brasil, por exemplo, aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda IPEA, 2004.

Tabela 2 - Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade – 2000 e 2010 de três Municípios da RMM

LOCALIDADES →	PAIÇANDU		MARINGÁ		SARANDI	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Renda per capita média	363,91	610,64	916,87	1202,6	377,3	554,48
Proporção de pobres (%)	16,59	2,77	5,39	1,39	13,70	5,22
Índice de Gini^{19*}	0,41	0,36	0,55	0,49	0,41	0,35

Fonte: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

Rodrigues (2013) mostra que os índices significativos alcançados por Maringá, sobretudo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o maior da Região Metropolitana e um dos maiores do Brasil, o que revela as disparidades sociais existentes entre as cidades da RMM, isto é, 11 municípios da RMM apresentam IDH menor que a média nacional. Ela argumenta que as disparidades regionais resultam do tipo de desenvolvimento urbano aplicado na região, calcado na valorização da terra urbana e na concentração fundiária. A política urbana do município polo contribuiu para a concentração da população de média e alta renda e pela expulsão da população de baixa renda para os municípios vizinhos.

A mesma autora (IBID, 2013) ressalta a necessidade da política urbana regional que integre os demais municípios com a função de reduzir as desigualdades entre eles. Pautando-se nos dados do IBGE (2010), pondera-se que dos 42.085 trabalhadores que entram em Maringá todos os dias para trabalhar: 20.430 vêm de Sarandi e 9.435 de Paiçandu.

1.3 As classes Perigosas e Planejamento urbano

O planejamento urbano surge dentro da perspectiva racional e busca a elaboração de métodos e técnicas que visam a estruturação, a gestão e a organização do espaço urbano. Devido o avanço da urbanização nas últimas décadas, o planejamento urbano, cada vez mais, adquire importância e torna-se necessário, sobretudo para lidar com os problemas de saneamento, moradia, trabalho e transporte, presentes no cenário citadino. Desse modo, a proposta dos planejadores é de tornar a cidade acessível a todos.

Ao longo dos anos foram elaboradas várias concepções acerca do desenvolvimento da cidade. Neste interím, concluiu-se que o urbano não se processa naturalmente, mas é produto das ações humanas, que por sua vez são movidas por determinados interesses, por outro lado, também as cidades inserem-se em contextos históricos específicos.

Mas é preciso situar a proposta do planejamento urbano no contexto da dinâmica capitalista, desse modo, diversos autores analisaram o planejamento urbano sob a ótica dos conflitos entre as classes sociais. Neste sentido, a gestão urbana colabora para a defesa dos interesses da classe dominante na medida em que a organização do espaço urbano passa a ser a visão dos setores hegemônicos, ainda que transmitida como universal.

Através de um estudo de caso (região de Dunquerque - França), Castells e Godard (1979) identificaram os efeitos sociais contidos no planejamento urbano: o efeito ideológico repousa na suposta natureza coletiva dos planejamentos, legitimados por meio de documentos urbanísticos. No âmbito político aparece como um instrumento onde cada grupo tenta se apropriar e expressar uma pseudoneutralidade social e técnica. Em suma, o planejamento urbano surge como um modo racional de solucionar os problemas urbanos, como um aparato ideológico. Ele se apresenta como aglutinador de interesses coletivos e revestidos de uma suposta neutralidade social.

Eis por que o urbanismo é um instrumento privilegiado de tradução ideológica dos interesses das classes, frações e grupos, uma vez que ele desenvolve ao máximo as capacidades de integração social – função da primeira da ideologia dominante (CASTELLS E GODARD, 1979, p. 105).

Segundo os autores, o caráter institucional e a capacidade de negociação social do urbanismo são as razões pelas quais as várias tendências políticas disputam o controle dos órgãos de planejamento.

Topalov (1996) afirma que as reformas e os planejamentos urbanísticos do início do século XX objetivaram enfrentar os graves problemas metropolitanos. Observa-se que as cidades quanto à sociedade, passam ser encaradas como objetos de estudo racionais. A par disso, especialistas, tais como assistentes sociais, filantropos acreditavam que era preciso “mudar a cidade para mudar a sociedade e, particularmente, o povo” (TOPALOV, 1996, p. 23).

Na verdade, muitas dessas políticas objetivaram o controle social, uma vez que as desigualdades produzidas pela acumulação capitalista engendrou um grande abismo social expresso na realidade cidadina. A criação de certas políticas sociais mostrou-se necessária para

a própria manutenção do status quo social, assim como uma forma de mediar os conflitos entre as classes sociais.

Conforme Topalov as estratégias reformistas empreenderam uma guinada importante nos conflitos entre classes. A utilização da estatística social e do urbanismo buscavam dar um teor científico à questão social, a partir daí surgiram novas representações do outro, ou seja, de uma remodelação da visão dos dominantes sobre os dominados. Topalov salienta que, desde a Revolução Industrial, a burguesia já utilizava o termo “classes perigosas” para designar os operários dos bairros pobres. Desse modo, o espaço urbano ocupado pelos operários relacionava-se com o crime e com todo tipo de violência. Daí a necessidade de reprimir e segregar as “classes perigosas” através do “saneamento social.”

Difundia-se a noção equivocada, diga-se de passagem, que a pobreza era culpa estritamente do indivíduo e de sua herança social, por isso, a reforma atuaria sobre o meio, o causador da degeneração humana. O Estado atuou por meio de dispositivos de assistências destinados a atuarem sobre os indivíduos e nas famílias, através do modelo disciplinante-repressivo. Entretanto, Topalov ressalta que os especialistas tratavam as diversas facetas sociais como fenômenos isolados, buscavam tratá-los de forma objetiva, todavia os fatores políticos foram negligenciados. A noção que se tinha era que somente os especialistas poderiam lidar legitimamente com tais assuntos. Suas reflexões revelam as limitações de tais políticas; segundo ele, serviram para mascarar a vida popular. Tratando-se de uma sociedade capitalista, Topalov reconhece que lidar com as contradições engendradas pela acumulação não constitui uma tarefa fácil, ademais as próprias análises sobre a questão podem incorrer em armadilhas teóricas. Entretanto, a questão social somente será equacionada a partir de mudanças nos comportamentos das classes dirigidas e dirigentes. A consolidação dos direitos dos cidadãos ocorrerá com a sua entrada efetiva na sociedade política; também o compartilhamento de interesses comuns se mostra igualmente necessário.

Ao longo de seu texto, Topalov aponta os conflitos entre as classes sociais: se por um lado, a classe dominante tenta legitimar os seus interesses, por outro lado, a classe trabalhadora cria estratégias de resistências por meio dos movimentos populares, demonstrando que é possível a criação de uma sociedade política. Embora o alvo do estudo do autor seja o cenário europeu no início do século XX, suas reflexões fornecem dados essenciais para pensar as reformas urbanas no bojo da sociedade capitalista, evidenciando os conflitos entre as classes sociais e as estratégias da burguesia e do Estado para manter a funcionalidade do capitalismo. Topalov

descreve a importância desse momento, na medida em que se criou um sistema de seguridade para a classe trabalhadora.

Conforme Caldeira (2000) inicialmente, o planejamento urbano visava transformar a cidade em um espaço público ancorado na racionalidade e dividido de acordo com funções urbanas específicas: trabalho, residência, recreação, etc., contudo, atualmente as cidades representam o oposto da perspectiva dos planejadores. A autora toma como referência a capital brasileira, se por um lado, Brasília é considerada um modelo de cidade planejada, por outro, tornou-se a cidade mais segregada do país. Isso significa que o planejamento urbano deve ser tratado à luz dos diferentes interesses entre as classes sociais, ademais ele não pode ser desvinculado dos outros aspectos que constituem o conjunto social tais como a política, a economia, a ciência, etc.

Arantes (2000) problematizou os diversos tipos de planejamentos verificados no interior da lógica capitalista, a autora examina o urbanismo no bojo das transformações do capitalismo internacional, mas ao mesmo tempo identifica as suas implicações na realidade nacional, do mesmo modo que Topalov também encontra diversas limitações, sobretudo para enfrentar os problemas urbanos na atualidade. O próprio título do livro da autora: “A cidade do pensamento único: desmanchando consensos”, sugere que ao longo dos anos, a noção de planejamento urbano situou-se na ótica do mercado, engendrando a crença da cidade como uma fábrica de riquezas, daí a necessidade da inserção delas no mundo globalizado.

A respeito disso, os planejadores e empreendedores urbanos ganharam destaque na medida em que, ao possuir os conhecimentos técnicos tinham plenas condições de gerar condições para as cidades serem competitivas e polos de atração para o capital. A autora se posiciona criticamente diante dessas proposições urbanísticas, pelo fato da cidade ser transformada em uma mercadoria, de ser submetida aos ditames do mercado e conseqüentemente aos interesses de grupos minoritários. Ela também chama a atenção para a força ideológica contidas nesses projetos, assim os planejamentos urbanísticos não foram impactantes pela eficiência no enfrentamento das desigualdades urbanas, mas pela propaganda bem feita em torno deles. É o que demonstra Vainer (2000), refletindo sobre a implantação do Planejamento Estratégico do Rio de Janeiro, destaca que o projeto não passou de uma verdadeira farsa, tendo em vista que a cidade foi transformada em um verdadeiro escritório de grupos empresariais nacionais e estrangeiros, excluindo, por sua vez, as classes populares, ressalta que o marketing urbano cumpriu um papel decisivo.

Oliveira (1999) afirma que o planejamento urbano foi conduzido através da relação capital e trabalho. Segundo ele, o planejamento urbano brasileiro serviu para escamotear os conflitos entre as classes antagônicas. Francisco de Oliveira utiliza o termo “coerção estatal” para qualificar a atuação do Estado, este cumpriu o papel de legitimar e manter as desigualdades. Ressalta-se que desde o fim do Welfare State²⁰ - que não vigorou no Brasil – o Estado subordinou-se aos interesses capitalistas, transformando a exceção em norma, o desdobramento disso é o crescente poder do mercado nas decisões que deveriam ser públicas. Francisco de Oliveira (2003) destaca que a construção do espaço público não constava na agenda dos gestores brasileiros; com isso as classes populares foram alijadas de todas as questões sociais importantes inclusive da gestão urbana. No artigo em questão ele descreve a natureza dessas operações urbanas, problematizando o termo revitalização:

Mas a revitalização se faz necessária, teorizou outra urbanista, porque putas, rufiões, bêbados e desempregados privatizaram o espaço público! Hannah Arendt se debateu ferozmente no túmulo quando ouviu tamanha “exceção”! As empresas se assenhereiam das políticas sociais, e a exceção do mercado se impõem como critério das políticas, porque precisa de eficiência e produtividade nas políticas sociais, e o resultado é a maior exclusão (OLIVEIRA, 2003, p. 12).

A partir das reflexões pode-se afirmar que o desenvolvimento urbano ocorreu sob o prisma da mercantilização, sendo assim a acentuação das desigualdades nas suas diversas formas se apresentou como inexorável. A exclusão e a segregação social e espacial mostraram-se como essenciais para a reprodução e acumulação capitalista. Mas a elite não utilizou somente o seu poderio econômico como forma de coerção, mas contou também com a colaboração do poder público, para disseminar a sua ideologia de classe, a fim de legitimar as suas ações e forjar consensos.

No artigo intitulado “A metrópole: modernização, involução e segmentação”, Milton Santos (1990) levanta a seguinte indagação: por que as metrópoles não explodem? O eminente geógrafo assinala que a despeito das contradições, as cidades são máquinas que funcionam relativamente bem na medida em que as suas várias subestruturas (territorial, econômica, e sociocultural) se relacionam entre si, resultando em certos níveis de equilíbrios. Decerto Milton Santos não despreza as contradições e os conflitos presentes nestas estruturas, tanto que o próprio autor chama atenção para o fenômeno da "involução urbana", justamente para

²⁰ Implantado no século XX, sobretudo no período pós-guerra, o Welfare State desenvolveu-se nos países capitalistas desenvolvidos. O Welfare State ou Estado do Bem-Estar Social consistiu num conjunto articulado de programas de proteção social, assegurando o direito à aposentadoria, habitação, educação, saúde etc., ou seja, como alternativa ao fracasso do Estado liberal.

sublinhar a crescente pobreza urbana advinda do aumento exorbitante dos trabalhadores precarizados, das péssimas condições de vida, etc. Além das disparidades sociais oriundas da desigualdade econômica, de acordo com Milton Santos, o fator ideológico exerce um peso considerável para a manutenção das relações sociais assimétricas; para o autor instaurou-se no Brasil a chamada "cidadania mutilada" a qual não decorre das leis injustas, mas da natureza da constituição do espaço, espaço esse que segrega e colabora para o agravamento da pobreza urbana. Assim, o cidadão vítima da cidadania mutilada é induzido a interpretar sua situação social como resultante do natural e do acaso. Desse modo, a ideologia capitalista transmite a crença que o capitalismo não é injusto com os pobres, mas que a pobreza é fruto do fracasso pessoal, sendo assim, aqueles que são capazes de consumir produtos, de adentrarem nos circuitos da moda, são classificados como cidadãos. Neste sentido, o próprio crescimento da classe média ratifica essa crença. Para ele, não existe uma fronteira nítida entre cidadão e consumidor em uma sociabilidade personificada pela mercantilização.

A relação entre os dois municípios (Maringá e Sarandi) é mediada por um campo simbólico hierarquizado e ancorado em determinadas simbologias e fronteiras sociais. Conforme o senso comum, Maringá representa o progresso e a civilização urbana, os seus moradores são vistos como capazes e competentes, uma vez que conseguiram se instalar na cidade por meio dos trâmites legais, já Sarandi representa a desordem, a sujeira e a ilegalidade, por isso os seus moradores são associados às imagens do local em que habitam. Esses dados aparecem superficialmente como características naturais e individuais, portanto todo o esforço para mudança desse cenário constitui em uma atitude vã.

Intrinsicamente, a não explicitação, assim como a naturalização dos conflitos sociais funcionam como uma forma de amortecer as relações conflituosas entre as diferentes classes sociais. Isso leva ao imobilismo dos grupos por meio do afastamento da arena política, colaborando para o livre exercício da conduta elitista. Verifica-se que ao longo desse trabalho, que a classe dominante dispõe de um amplo aparato ideológico e o utiliza para ratificar os seus interesses. E, através dele, construíram-se determinados estigmas e representações sociais a fim de qualificar a conduta dos grupos subalternos. Assim, os problemas sociais provenientes do processo urbano brasileiro conturbado são relegados ao âmbito individual. Diante disso, criaram-se políticas equivocadas para combatê-los e os mesmos para a serem vistos como caso de polícia.

Os estigmas são capazes de operar a realidade social, eles constroem estereótipos e por intermédio de suas utilizações cria-se um discurso normalizador e que tem um poder imenso, pois atua no cotidiano. Mas o problema maior repousa no fato de que os estigmas possibilitam a cristalização de atitudes de resignação diante da realidade, isto é, quando as pessoas internalizam passivamente tais aspectos e dos quais são concebidos, a realidade social passa ser concebida como um fenômeno natural.

Uma comunidade estigmatizada se apresenta como uma “fábrica natural” de desordem onde qualquer intervenção do poder público se torna inócua, desencorajando os investidores, a não ser que tomem proveito das mazelas. Enfim está condenada a se acomodar com a sua perversa existência. Conforme Ribeiro (2007) a condição histórica brasileira que colocou o País na periferia do capitalismo e o subordinou aos ditames das potências ao qual comandam o processo de globalização, impôs a disjunção entre nação, economia e sociedade: “nas metrópoles estão concentrados os processos que interrompem a nossa construção como nação” (RIBEIRO, 2007, p. 45). Ferreira (2005), também compartilha desta hipótese:

Autores como Caio Prado Jr. ou Florestan Fernandes enxergam na política de industrialização pela abertura das multinacionais estrangeiras, iniciada nos anos 50, o momento de definitiva renúncia à possibilidade de construção da nação, e da associação definitiva entre as burguesias nacionais e os interesses expansionistas do capitalismo internacional, dando origem ao que Fernandes denominou de “contra revolução brasileira” (FERREIRA, 2005, p. 12).

A despeito da visibilidade dos problemas metropolitanos nos últimos anos, Ribeiro (2007) endossa a tese que os referidos problemas são negligenciados pelos setores políticos. Apesar da multiplicação das instituições metropolitanas nos últimos anos, elas ainda carecem de políticas públicas consistentes. Segundo ele, “as políticas urbanas são hoje fortemente intra-urbanas, setoriais e locais” (RIBEIRO, 2007, p.11), e ainda acrescenta que as práticas clientelistas permeiam as relações políticas entre a esfera municipal e estadual. Dentre os vários males políticos que assolam as metrópoles, o autor afirma que o localismo do nosso sistema eleitoral contribui para as condutas de caráter patrimonialista e através da quais se estabelecem o enriquecimento de determinados grupos (empreiteiras, imobiliárias, etc.), isto é, mercantilizam a cidade. O autor realizou uma exaustiva pesquisa nas principais metrópoles, inclusive nas de Londrina/Maringá e constatou a “inexistência de políticas federais de incentivos seletivos à cooperação metropolitana” (RIBEIRO, 2007, p. 13).

Historicamente, os interesses econômicos e políticos de certos grupos determinaram a dinâmica urbana brasileira. Isso significa que a problemática urbana esteve relacionada com

os valores autoritários presente na nossa sociedade que, por sua vez, impediram a criação de um espaço público. Maricato e Santo Junior (2007) veem a necessidade da construção de uma esfera pública participativa, de modo que os conflitos sejam evidenciados por meio de um tratamento democrático à questão urbana. Segundo eles, seria o caminho adequado para o enfrentamento da crise metropolitana. A análise do autor fornece subsídios essenciais para se pensar o contexto urbano da RMM. Evidentemente, o direcionamento dado à questão urbana da RMM ancorou-se em interesses particulares de determinados setores empresariais, rurais e políticos.

Esses aspectos também foram verificados na RMM, Tonella (2006) e Galvão (2011) evidenciam a força do poder político local no direcionamento da gestão urbana. Esses autores demonstram a formação de alianças cujo propósito consiste em atender aos interesses elitistas.

A pesquisa realizada por Damascena (2011) demonstrou a ausência de uma governança metropolitana capaz de enfrentar os problemas urbanos. O referido autor analisou o peso dos votos na RMM de Londrina e Maringá e o resultado da sua pesquisa revelou uma sub-representação dos municípios menores e uma grande representação das cidades-polos nas cadeiras da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP). Segundo Damascena, o poder econômico aliado à influência midiática são determinantes para a eleição de determinados políticos, é o que o autor denominou de paroquialismo eleitoral.²¹

A despeito de o município de Sarandi e sua população, historicamente, receberem atributos pejorativos produto da segregação socioespacial, a atuação política dos seus moradores nas questões concernentes à qualidade da vida urbana, revela que longe de serem passivos e tolerantes aos mecanismos de opressão, presencia-se no município a participação significativa, principalmente nas associações de bairros. A pesquisa de Silva (2008) identificou 27 associações de bairros ligadas à UNISAN, União das Associações Comunitárias de Bairros de Sarandi, inclusive sete delas são lideradas por mulheres. O referido autor pondera que a despeito do associativismo não possuir força suficiente para interferir no planejamento urbano municipal, entretanto demonstra a disposição dos cidadãos no que diz respeito a melhoria nos bairros e, de certa forma, o associativismo chama a atenção do poder público, tendo em vista que mobiliza os cidadãos e repercute na mídia.

²¹ O autor destaca a sobre-representação das cidades polos (Londrina e Maringá) no cenário político em detrimento dos municípios menores, o que possibilita que determinados políticos direcionem suas práticas para locais específicos.

O associativismo presente em Sarandi mostra que, ao contrário de uma população desordeira, os cidadãos de Sarandi estão desenvolvendo a participação política na busca da qualidade de vida urbana. Isso afasta a ideia de que o município de Sarandi é favorável às ações ilegais e que a população aceita e reproduz passivamente as desigualdades sociais. Silva, Savi e Zapa (2011) analisaram as organizações institucionalizadas e apontou o fortalecimento gradativo, mas pouco provável que desde o surgimento de Sarandi, os problemas sociais tenham sido aceitos naturalmente pelas pessoas, a explicação mais plausível consiste no fato de que a precariedade urbana existente em Sarandi é fruto do longo processo de segregação socioespacial vivenciado pelo município. Neste sentido, trata-se de uma migração compulsória, pois as pessoas instalaram-se em Sarandi devido a determinadas circunstâncias sociais. Assim “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob as circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1985). Nestes termos, pode-se afirmar que a segregação social na RMM consubstanciou-se pelo predomínio dos interesses de uma determinada classe sobre o conjunto social.

Palma (2007) desenvolveu uma pesquisa sobre a percepção dos moradores do Bairro Vale Azul de Sarandi. Conforme os dados levantados pela autora, o Conjunto Habitacional Vale Azul foi construído em 1990, em convênio com a Prefeitura Municipal de Sarandi e o governo federal, através da Caixa Econômica federal. São 582 residências e possui aproximadamente 2.200 moradores. As casas deste conjunto foram construídas com área de 27,04m². O bairro possui infraestrutura deficiente, os moradores sofrem com a falta de asfalto e calçadas, rede de esgotos coleta de lixo inadequada. Objetivando compreender a percepção dos moradores acerca do lugar que residem, a autora valeu-se do conceito de topofilia definido como amor pela natureza e o de topofobia definido como sendo o de sentimento desagradável sobre um determinado lugar (Tuan, 1980). Inicialmente, esperava-se uma reação negativa dos moradores em relação ao lugar, sobretudo pelos problemas que a localidade apresenta, no entanto, a pesquisa de Palma (2008) identificou um sentimento de comunidade no bairro, ou seja, de topofilia. A relativa satisfação dos moradores reside no fato que a maioria é proprietária e alguns problemas do bairro são resolvidos a partir das iniciativas das pessoas. Os moradores demonstravam empenho no engajamento em atos coletivos como manter o quintal e as ruas limpas, participar da pastoral da criança, associação de bairro, pagamento de impostos etc. A análise de Palma (2007) constata que os moradores da referida região não se veem como “classe perigosa” e, apesar da precariedade do conjunto

habitacional, as pessoas buscam por meio de suas ações afastarem tudo aquilo que coloca em risco a ordem social.

CAPÍTULO 2:

PRECONCEITO E INVISIBILIDADE SOCIAL SOBRE O MUNICÍPIO DE SARANDI: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O CONDOMÍNIO HORIZONTAL FECHADO: O ECO GARDEN

A criação de enclaves protegidos é, na verdade, uma tentativa de criar distância social e, através dela, uma sensação de segurança. O interessante nisso tudo é que o Estado parece estar sendo deixado relativamente fora desse processo. Pede-se que seja duro, mas por via das dúvidas vai-se criando uma ordem paralela, pelo menos para o cotidiano. Levado ao extremo, esse mecanismo deixará a polícia e a segurança pública tendo os pobres como clientela “exclusiva”.

Teresa caldeira, 1991, p. 173

2.1 Condomínios Horizontais Fechados: Segregação e anulação da esfera pública.

Neste capítulo busca-se investigar algumas das novas dinâmicas relacionadas com as alterações urbanas na região de Maringá. Para tanto, examina-se os impactos do ideário neoliberal na realidade nacional, detendo-se, sobretudo no seu aspecto fundante, isto é, o caráter privatista dessa realidade.

Pode-se afirmar que o tema principal refere-se à expansão do padrão de habitação residencial fechado, que se relaciona a diversos fatores, desde alterações no padrão de incorporação imobiliária até a difusão de novos valores e ideias relacionadas à cidade. Para tratar destas questões, contextualiza-se o surgimento de um conjunto residencial fechado na RMM, o Residencial Eco Garden²², empreendimento relativamente recente no município e um representante destas alterações urbanas, que também se expressam em outras cidades

²² O Eco Garden é um Condomínio Horizontal Fechado situado entre os municípios de Maringá e Sarandi-Pr. Conforme o anúncio publicitário, o empreendimento localiza-se em uma região estratégica, ou seja, a alguns minutos do centro de Maringá, a publicidade enfatiza que o Plano Diretor de Maringá valorizou a região devido a transferência do Centro Cívico para a respectiva área.

O teor publicitário do Eco Garden faz menção à importância ecológica: Com a proposta de impacto de mínimo nos 55.000 m² de área verde, o Eco Garden Residence traz o conceito de sustentabilidade ambiental, combinando conforto, tecnologia e meio ambiente.

brasileiras. O Residencial Eco Garden expressa todas as contradições dos novos modelos habitacionais na medida em que contraria a função original da cidade. Ademais, o empreendimento imobiliário em questão, reproduz e acentua a segregação na RMM, além de ressaltar os estigmas sociais em relação à Sarandi.

A produção do espaço urbano em Maringá tem se mostrado de forma dinâmica, pois é muito comum encontrar neste e em outros municípios, bairros distintos dotados de suas peculiaridades. Em cada bairro encontram-se aspectos que são considerados positivos e negativos. Em um primeiro momento até parece algo natural, já que cada área da cidade cresce em ritmo diferenciado e obedece a sua dinâmica própria. Por outro lado, se lançar um olhar mais crítico sobre essas diferenças, perceber-se que determinadas áreas da cidade não possuem os mesmos equipamentos e a mesma infraestrutura que se encontra em outras, além das diversas características socioeconômicas, como renda e grau de instrução. Este fenômeno é o da segregação socioespacial, que tem como uma de suas facetas a separação espacial dos diferentes grupos e classes, de tal modo que essa separação não se resume apenas, em uma simples fragmentação no espaço.

A materialização da pobreza e da exclusão pode ser constatada nas favelas e nas periferias, onde não se tem infraestrutura adequada. A falta de acessibilidade aos bens e serviços públicos como saúde, educação, lazer, justiça oficial e, ainda a maior proximidade à criminalidade, insegurança e baixa oportunidade profissional, são provenientes da segregação social (MARICATO, 2000). Convém ressaltar que no âmbito desse trabalho, considera-se a criminalidade não como algo natural e específico dos bairros periféricos, mas como decorrente de fatores sociais complexos oriundos das desigualdades produzidas e reproduzidas por esta mesma sociabilidade. Todavia a violência tornou-se mais visível nos bairros populares, uma vez que a escassez de recursos econômicos dessa mesma população as impede de enfrentar os problemas que as assolam. Ademais, o discurso dominante insiste em correlacionar a violência como uma particularidade da conduta das classes populares.

2.2 A cidade no bojo das transformações do capitalismo

Ao contrário do que imagina o senso comum, a cidade não é um produto de um processo natural e nem tampouco resultado do acaso; mas está inserida em uma determinada estrutura social. Com isso, a apropriação do solo e seu uso, a questão territorial e o planejamento urbano visam atender determinados objetivos que podem contribuir para a melhoria da

sociedade como um todo ou atender aos interesses de grupos específicos. Por isso, a análise do urbano perpassa necessariamente pela luta de classes o bojo da sociedade capitalista. Ribeiro (2007) e Oliveira (1988) destacam a função desempenhada pelas classes médias e pela alta classe média. Para esses autores, essas classes vêm controlando o acesso aos fundos públicos, bem como articulando seus interesses à reprodução dos capitais privados. Essas classes, sobretudo, as classes médias altas, levam a cabo um tipo de conduta voltada às atividades que geram lucro. Esse tipo de prática se concretiza, pois esses mesmos grupos direcionam o planejamento e a gestão urbana, as empresas privadas e até mesmo os movimentos sociais. Para esses autores, esses segmentos políticos adquiriram centralidade no período autoritário iniciado em 1964.

Uma dinâmica parecida foi atestada no litoral de Dunkerque (França), retomando-se as reflexões de Castells e Godard (1979), esses autores investigam as disputas entre as frações de classes no interior do Aparelho de Estado e a incapacidade deste em lidar com as contradições urbanas. Assim:

Em Dunkerque, o enfrentamento entre grandes empresas monopolistas, fortemente sustentadas pelo nível central do Aparelho de Estado, e a classe operária industrial passa por um corte interno à elite política local: nas instituições locais, a pequeno-burguesia “reinante” se divide, nesse caso, em duas frações que se enfrentam em função dos interesses dos blocos de classes e das frações opostas, entre as quais elas se distribuem de acordo com seu papel de gerentes de interesses sociais que têm um enraizamento estrutural muito mais significativos do que os seus”(CASTELLS E GODARD, 1979, p. 101-102).

Os autores salientam que a segregação, o problema do transporte público e a valorização de uma determinada região estão ligados às disputas pelos meios institucionais, as quais possibilitam êxitos nas negociações com determinados setores, como a empresas, por exemplo; consolidando, assim, os interesses da fração hegemônica.

Os pesquisadores supracitados apontam para o surgimento de um novo tipo de cidade (exemplo de Dunkerque) cujo processo de urbanização se assentou por meio da articulação do capital monopolista ao Aparelho Estado. Denota-se um modelo erigido a partir das determinações do capital internacional, o qual passa a condicionar o processo urbano através da crescente influência das empresas que, por sua vez, criam novos padrões de consumo. Entretanto esse processo só se concretiza porque o Estado interfere, sobretudo, no processo de produção, gestão e regulação dos elementos urbanos, assegurando os interesses da fração hegemônica e gerenciando as contradições urbanas. Mas, como a análise dos autores opera

com a perspectiva dialética, as suas respectivas contradições criam as possibilidades concretas à sua superação na medida em que os conflitos urbanos funcionam como verdadeiros meios de politização da classe dominada.

Intrinsicamente as cidades, ao longo dos anos, tornaram-se grandes polos de atração de pessoas, na medida em que os centros urbanos oferecem uma gama de serviços, tais como: hospitais, shopping centers, universidades e, sobretudo empregos, especialmente no setor terciário. Enfim, tudo aquilo que é fundamental para a qualidade de vida, embora, como se verá mais adiante, a tão propagada qualidade de vida não é conquistada por todos, por conta da existência de diversos fatores inerentes à estrutura social. Basta observar-se o crescimento das metrópoles, bem como o número de habitantes que elas abrigam. A par disso, as cidades também não ficaram imunes às investidas do capital, mas à sua grande aposta, posto que milhares de pessoas que a compõem se convertem em consumidores potenciais. E à medida que a cidade segue a lógica capitalista tudo se converte em mercadoria, inclusive os bens necessários para a cidadania, como a moradia. Isso ocorre porquanto o capital prioriza os valores de troca e nesse sentido, a cidade é semelhante a uma máquina de produzir riquezas. Riquezas estas produto do coletivo, mas a grande fatia é apropriada pela minoria. Esse fato é constatável, sobretudo quando se analisa as condições de vida das pessoas, principalmente os dados sobre pobreza, desemprego, saúde e moradias precárias, que são alarmantes. Com base nisso, comprova-se que as desigualdades e os conflitos são inerentes ao sistema que mercantiliza os bens essenciais, aliado a um modelo de Estado comprometido com as elites econômicas e políticas, principalmente àquelas ligadas ao setor imobiliário.

Para VAINER (2000), o discurso global neoliberal concebe a cidade como uma empresa, sinônimo da eficiência, da modernidade e da geração de empregos, onde tais atributos integram (e integram) a maioria dos planejamentos urbanos. Na verdade, trata-se de uma estratégia de legitimação da ideologia neoliberal, a qual busca ocultar os verdadeiros interesses do favorecimento ao grande capital nacional e transnacional. Desse modo:

(...) este projeto de cidade implica a direta imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições do exercício da cidadania (VAINER, 2000, p. 73).

Quando a cidade passa a ser administrada como uma empresa fica submetida às regras do mercado e ao poder do capital e nega o direito à cidade a todos os cidadãos, assegurado pelas leis que regem a política urbana do País.

2.3 O neoliberalismo e a negação da cidadania

Nos últimos anos estabeleceu-se um grande paradoxo, se por um lado as lutas travadas pelas classes populares nas décadas precedentes culminaram em conquistas importantes para a consolidação da cidadania, entre elas, a Constituição Federal a qual assegura o direito à moradia como essencial ao direito à cidadania. Por outro lado, nos anos 90, estabelece um sistema econômico e político que não avança satisfatoriamente nos aspectos substanciais no que tange à cidadania e a sociedade continua se nutrindo do legado maldito do passado. Não é a toa, que vários intelectuais cunharam diversas terminologias (democracia disjuntiva, cidadania mutilada, democracia inacabada) para qualificar a cidadania existente no Brasil.

O patrimonialismo, a não distinção entre público e privado, e o clientelismo são práticas recorrentes no cotidiano, as quais eliminam o exercício da cidadania. Mas, como já foi mencionado, nunca se falou tanto de democracia e cidadania, todavia convém salientar que ocorre um desvirtuamento do conceito de cidadania. A ideologia atual associa cidadania com as potencialidades de consumo, neste sentido o prestígio do sujeito está vinculado às suas possibilidades de consumo. E quando o exercício da cidadania passa a existir em função do consumo e do mercado, as demandas sociais são resolvidas através das esferas individuais, efeito da propagação do ideário capitalista somados com as peculiaridades política do Brasil e, cujos efeitos imediatos residem na anulação da fala, na ocultação dos conflitos sociais e consequentemente na hegemonia da visão de uma determinada classe sobre o conjunto geral da sociedade. Essa ideologia é respaldada e legitimada pelo Estado, isto é na forma em que o planejamento urbano é implementado por meio de leis, decretos e repasses de recursos, etc. Assim:

Subliminarmente, a ideologia inculca nas mentes da maioria a ideia de que a cidade é aquela parte onde estão os dominantes. Essa ideologia facilita a ação do Estado que privilegia essa parte. Ao investir nela, o Estado está investindo na cidade; ao protegê-la através da legislação urbanística, o Estado está protegendo a cidade (VILLAÇA, 2001, p.234).

Com efeito, o papel da ideologia é de justamente escamotear as verdadeiras origens das desigualdades sociais e as colocam como problemas individuais. Dessa forma, as pessoas tentam solucionar ou mitigar seus problemas cotidianos básicos (mobilidade urbana, saúde, moradia) através de iniciativas individuais, geralmente via mercado. Entretanto, cabe ressaltar que a despeito da função ideológica na qual o dominado internaliza a visão do dominante e passa a reproduzi-la como universal, existe uma parcela de indivíduos que possuem certa

clareza da realidade, mas encontram certos obstáculos para lutar contra essa forma de opressão, pois estão presos ao reino da necessidade, ou seja, travam no dia a dia, uma verdadeira batalha para obterem os recursos básicos à sua sobrevivência. Como o próprio Marx afirmou os homens precisam, primeiramente, alimentar-se, vestir-se, antes de praticar o exercício intelectual.

Essa estratégia como já foi dito, cumpriu duas funções: enfraquecer a classe trabalhadora, de modo a impedir as mudanças; e fazê-la pensar de modo individual, dificultando a formação de movimentos coletivos (principalmente os de cunho classista). Por conseguinte, alçou-se uma sociabilidade que contraria os princípios democráticos, um exemplo concreto disso é o modo em que o planejamento urbano está sendo presidido, principalmente quando se evidencia o crescimento e aceitação social dos Condomínios Horizontais Fechados nas grandes e médias cidades. Este tipo de habitação incorpora todas as contradições internas da sociedade atual, leva às últimas consequências a privatização do público, visto que contraria os princípios originais da cidade ancorada na constituição do espaço público. A par disso, muitos urbanistas defendem a "revitalização", pois argumentam que os moradores de ruas, bêbados, prostitutas, "privatizaram" o espaço público. Desse modo, Oliveira (1999) afirma que o planejamento urbano explicita "a cidade como exceção", suscitando uma discussão mais apurada sobre "as classes perigosas" (OLIVEIRA, 1999, p.12).

A questão urbana é seguramente o lócus das disputas entre as classes sociais e no bojo destas disputas diversas ideologias são veiculadas objetivando legitimar a visão de um determinado grupo. Contudo, faz-se necessário interrogar as narrativas. Villaça (2000) demonstra que a ideologia do espaço urbano brasileiro ancora-se na concepção burguesa, neste sentido os condomínios fechados incorporam o estilo de vida burguês e expressam todas as contradições do capitalismo.

“A ideologia do espaço urbano atinge seu nível mais estúpido e perigoso nos condomínios suburbanos de alta renda quando pretende opor a cidade da minoria burguesa a uma outra cidade: a da maioria pobre” (VILLAÇA, 2000, p. 232). Neste sentido, os interesses conflitantes no espaço urbano envolvem as classes sociais, o capital e o Estado, incidindo diretamente na qualidade de vida das pessoas, desse modo a violência urbana, a favelização e os estigmas sociais estão na raiz do desenvolvimento urbano.

Pierre Bourdieu (2003) afirma que os gostos de classe e os estilos de vida se relacionam com o capital cultural, dessa forma, ressalta que a classe dominante dispõe de meios com o quais

legitimam os padrões sociais, trata-se da imposição do poder simbólico, na medida em que a classe dominada os incorpora como universais.

Susel Rosa (2006), tomando como base os conceitos de pureza e perigo de Mary Douglas (1976), ressalta que a noção de impureza e sujeira existe nas variadas sociedades e se relacionam com aquilo que o conjunto social considera como referência. Neste sentido, a sujeira representa o perigo, na medida em que coloca em risco à ordem social. Essa categorização objetiva empreender coerência e ordenação aos fenômenos sociais. No entanto, Susel Rosa (2006) denuncia o tipo de “ordem” que está sendo explorada na modernidade, resultando em ações de violência explícita. A autora menciona, por exemplo, as atrocidades cometidas pelo regime nazista. Segundo ela, quando o Estado, mantenedor da ordem social, sustenta a tese da “higienização social”, ou seja, da exclusão dos grupos indesejados, a ideia de “ordem” torna-se absurda.

No artigo “Exclusão Social”: noção ou conceito, Zioni (2006) esclarece que as ciências sociais utilizam recorrentemente o termo “exclusão social” para explicar as desigualdades sociais em diferentes períodos da sociedade industrial; a autora ressalta que o referido termo é utilizado com certa imprecisão conceitual, por isso, ela se vale de vários autores (nacionais e estrangeiros) objetivando contextualizar e identificar os interesses e as ideologias que sustentam as terminologias “desigualdades sociais”, “exclusão social”, etc. Entretanto, o que chama atenção no artigo é a discussão que Zioni (2006) realiza acerca do problema da moradia e a forma em que o déficit de habitação era enfrentado pelos gestores públicos. A autora afirma ainda que os ideólogos da sociedade industrial, erigida sob o prisma da “modernidade”, acreditavam que o déficit habitacional seria superado, era apenas uma questão de tempo. Todavia, um recenseamento sobre moradia realizado em França na década de 50 mostrou que naquele país cerca de 250.000 moradias insalubres e precárias. Para os gestores, as pessoas que residiam nessas moradias, eram consideradas “inaptas” ao “progresso” e portadoras de desequilíbrios psicológicos. A resposta do poder público culminou na construção da chamada “cidade de urgência” Zioni, 2006, p.17, formada por conjuntos habitacionais: neles, o poder público desempenharia um acompanhamento social e desenvolvimento de ações pedagógicas com o escopo de adaptar os cidadãos ao “ambiente moderno”.

Conforme Zioni (2006), com o tempo, esse tipo de moradia provisória serviu como um modo de estigmatizar os seus moradores, posto que estes eram comparados aos “doentes” que teriam que ser submetidos ao um tipo de tratamento de terapia social.

A autora salienta que os movimentos sociais da década de 60 tiveram um papel crucial no enfrentamento dessa questão, a partir daí, as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora passaram a ser encaradas não como meramente um problema individual, mas “uma consequência direta de uma incapacidade por parte da sociedade em inserir seus membros e não como o fruto de uma incapacidade individual em se solidarizar com o todo social” (ZIONI, 2006, p.17).

Martins (2003) ressalta que apesar das contestações dos movimentos urbanos na década de 70, o Estado brasileiro nunca primou pelo universalismo, mas antes lançou mão de medidas autoritárias e clientelistas. A autora afirma que recentemente a mercantilização da cidade visa atender aos consumidores individuais, o que contribui para o acirramento dos conflitos sociais.

A discussão levantada por Zioni (2006) oferece importantes subsídios para se pensar as representações sociais que estão por trás das ideologias que sustentam a questão urbana na atualidade. Embora a ideia de mobilidade, democracia, igualdade esteja contida nas políticas urbanas, por meio de um exame mais apurado é possível constatar-se que as mesmas categorias utilizadas para conceituar a pobreza continuam operando na atualidade. Assim sendo, a mercantilização e a segregação, parecem demonstrar essa tese.

Apesar de o país contar com um conjunto de marcos legais e de instrumentos urbanísticos no âmbito do Estatuto da Cidade, como parcelamento compulsório e IPTU Progressivo, continua incapaz de promover a justiça urbana; os gestores municipais insistem na conduta da mercantilização do espaço urbano. Silva, Savi e Silva (2010)²³ salientam que as decisões advindas das instâncias jurídicas superiores dão pareceres favoráveis às condutas elitistas.

Levanta-se essa discussão, pois, suscita a problemática das classes com baixo poder aquisitivo, os sem-teto, por exemplo. Estes grupos são invisíveis socialmente no âmbito das políticas urbanas, tendo em vista que são considerados anomalias da sociedade. Recorrentemente, os grupos dominantes acionam esse tipo de discurso visando manter o

²³ SILVA, Beatriz Fleury; SAVI, Elise; SILVA, Ricardo Dias. A configuração socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu: da gênese a atualidade. Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano. UFRGN, Natal, 2010.

status quo, por meio do não reconhecimento dos conflitos sociais e das suas verdadeiras origens.

Diante dessas questões, percebe-se que não há preocupação de acabar ou ao menos mitigar as desigualdades e a segregação social, mas reproduzi-las, visto que as cidades são pensadas para atender aos interesses de uma minoria. Se as cidades se converteram em máquinas de produzir riquezas, também é verdade que elas abrigam um número crescente de pobreza. São alguns paradoxos que acompanham o urbano na atualidade. Aprofundar-se-á essa temática na seção seguinte.

2.4 Condomínios Horizontais Fechados

Novas formas de espaços urbanos têm se expandido por diversas cidades brasileiras e, com elas, novas práticas socioespaciais. Dentre eles, podem-se citar os Condomínios Horizontais Fechados (CHF) que, atualmente, constituem importantes empreendimentos urbanos. Convém salientar que não existe um consenso sobre a nomenclatura desses empreendimentos, sendo, portanto, fonte de disputas entre acadêmicos, juristas e empresários. Obviamente, isso está relacionado a determinados interesses.

Neste ponto, podemos pensar as disputas judiciais, e nas disputas em torno de conceitos e regras que regem as relações sociais, que legitimam certas práticas e deslegitimam outras. Essas disputas também são fontes de conflitos (SANTOS JUNIOR, 2011, p. 73).

Caldeira (2012)²⁴ salienta que os enclaves fortificados são resultado das modificações sofridas pela sociedade brasileira, sobretudo pelo avanço de alguns aspectos da democracia e do consumo de massa, ampliando ainda que de forma incipiente, a mobilidade urbana. A autora cita, por exemplo, o crescimento da utilização do automóvel pelas classes populares. A mesma pretende mostrar que houve uma significativa mudança nos aspectos da ocupação do espaço, realidade distinta da que ela pesquisou décadas atrás. Ela toma como referencial a cidade de São Paulo. Entretanto, isso não significa que a segregação socioespacial se extinguiu. Tanto que Caldeira ressalta a contestação dos grupos populares e marginalizados à ocupação e expansão dos espaços públicos. Caldeira pretende demonstrar que, de fato, houve uma melhora na mobilidade dos grupos excluídos, principalmente nas áreas centrais, anteriormente o reduto das classes abastadas. Se antes o centro da cidade era visto como o lugar da “ordem”

²⁴CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações no espaço público em São Paulo. Novos estudos. – CEBRAP n.94, São Paulo, Nov. 2012.

e da “civilização”, com a circulação desses novos grupos, ele passa a ser visto como o lugar da criminalidade e da “desordem”. Então se faz necessário repensar a relação centro e periferia.

O abandono do centro por grande parte das classes superiores reflete não só o temor à criminalidade, mas também o colapso do antigo *modus vivendi* que sustentava a segregação e a desigualdade. Está associado à indistinção positiva conferida à cidade pela democratização, à abertura do centro político aos moradores das periferias, e à corrosão silenciosa de aspectos dos sistemas de segregação que antes enquadravam o cotidiano, como a promovida, por exemplo, pela legislação relativa à discriminação no uso de elevadores e entradas de edifícios. Também está vinculada à expansão do consumo de massa que desestabilizou o sistema de diferenciação baseado em marcas explícitas de status: em uma cidade com cerca de onze milhões de habitantes e mais de cinco milhões de carros particulares, é evidente que não são apenas os membros das classes alta e média que circulam em veículos que também servem de indicadores de status. Além disso, o entrincheiramento espacial fez com que uma parcela das classes alta e média se mudasse para áreas afastadas do centro, exatamente para aquelas áreas periféricas com disponibilidade de terrenos para a construção de enclaves fortificados. Disso resultou certa proximidade entre membros de grupos sociais distintos e, ao mesmo tempo, a adoção generalizada de sofisticados e explícitos aparatos de vigilância e isolamento (CALDEIRA, 2012, p.2).

A discussão levantada por esta autora demonstra que a elite brasileira, a despeito dos clamores populares, não cultiva nenhum interesse pela consolidação do espaço público, mas ainda opera com a noção de “classes perigosas”, ou seja, sustenta a ideia que o problema é o “outro”. Neste sentido, a opção pelos enclaves fortificados constitui uma nova forma de isolamento e distanciamento social.

Os CHFs constituem uma representação da sociabilidade urbana na atualidade, Caldeira, (2000). Estudos realizados por Galvão (2007) apontam que a segurança é um dos principais fatores que levam as pessoas a optarem por esse tipo de moradia (assim como os estudos de Caldeira), embora outros aspectos não tão explícitos influenciem na escolha, como a questão do status, por exemplo. Ela aponta cinco elementos basilares dos CHFs: segurança, isolamento, homogeneidade social equipamentos e serviços.

A publicidade desse tipo de empreendimento faz menção à tranquilidade, ao contato com a natureza, à comodidade e à segurança, isto é, aspectos cada vez mais distantes da realidade urbana, por isso os CHFs, na atualidade, tornaram-se o sonho de consumo de grande parte dos cidadãos, inclusive daqueles com baixo poder aquisitivo. O Próprio formato arquitetônico dos

CHFs busca transmitir a sensação de segurança, como aponta a pesquisa de Galvão (2007). Isso é reflexo da sociedade capitalista atual que cada vez mais estimula as pessoas a resolverem os seus problemas (que tem origem no social) nas alternativas oferecidas pelo mercado.

Outro fator importante é que os CHFs consolidam novos padrões de consumo do espaço e conseqüentemente novas fontes de lucro e reprodução do capital. Convém assinalar que esse tipo de conduta não configura um ato imoral, tendo em vista que os indivíduos estão inseridos em uma determinada lógica social, portanto estão limitados pelas circunstâncias sociais, mas por outro lado, esse tipo de sociabilidade colabora para a reprodução de relações assimétricas. Intrinsecamente, tem-se uma sociabilidade que ainda se nutre do legado do passado, passado este marcado pela constituição de uma sociedade impulsionada pelo autoritarismo.

Leitão (2005) salienta que o cenário urbano brasileiro se processou em torno da casa, “o símbolo maior do espaço privado” (LEITÃO, 2005, p.233). Segundo ela, na cidade nascente brasileira, o sobrado representava poder e status e transmitia as marcas representadas pelo centralismo, pela domesticidade e pelo privatismo, por outro lado, imprimia-se um desprestígio total à rua, o espaço público que possibilita a interação com o outro. Pautando sua análise na obra Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre, Leitão identifica o traço embrionário da configuração espacial brasileira.

Nessas circunstâncias, a forma arquitetônica que o sobrado materializou ratificava, naturalmente, a intenção patriarcal de manter a vida familiar fechada para a rua, repita-se uma vez ainda – e não apenas no que dizia respeito às mulheres, inteiramente afastadas de tudo o que pudesse significar contato com o mundo exterior (LEITÃO, 2005, p. 236).

Para a autora, os grupos dominantes insistem em reproduzir o modelo segregador, o qual alimenta as desigualdades e os conflitos sociais; ao se inspirar no padrão colonial, cometem os mesmos erros do passado. Talvez saibam da presença dos equívocos, mas a manipulação e a defesa de privilégios particulares, talvez, sejam mais importantes do que os valores coletivos.

Acerca dos CHFs, umas das novas formas de segregação urbana, Leitão afirma que:

Nesses espaços, não é apenas o modo de habitação condominial, isto é, um espaço partilhado entre os co-proprietários que está sendo difundido, mas também um estilo de vida, um modo de morar no qual o espaço privado afastado do ambiente que lhe é externo se faz mais e mais valorizado. Assim sendo, especialmente nos condomínios horizontais. O marketing é feito para atrair potenciais moradores específicos (LEITÃO, 2005, p. 238).

O referido enunciado demonstra a existência da relação entre poder e moradia, como também sinaliza uma tendência oposta à formação do espaço público, visto que impede a interação como o outro. No caso, a rua é vista como um local que deve ser evitado e negado, como evidenciou a autora.

Caldeira (2000) salienta que o planejamento urbano moderno e a arquitetura dos CHFs caracterizam-se pela negação da rua como um espaço público fundamental, do encontro como a heterogeneidade. Segundo ela, andar pelas ruas em determinadas regiões torna-se uma experiência extremamente desagradável, “o pedestre é pobre e suspeito” Caldeira, 2000, p. 313. Nas várias cidades estudadas pela pesquisadora, a rua é relegada à função de circulação de veículos. Neste sentido, o outro é visto como estranho, como o perigoso.

Nos enclaves, o objetivo é segregar e mudar o caráter da vida pública, transferindo as atividades antes realizadas em espaços públicos heterogêneos para espaços públicos que foram construídos como ambientes socialmente homogêneos, e destruindo o potencial das ruas de fornecer espaços para interações anônimas e tolerantes (CALDEIRA, 2000, p. 313).

Sobre essa questão, Barros (2012) observa o modo em que os CHFs afetam o deslocamento, haja vista que o novo padrão de moradia depende cada vez mais de um tipo de específico de transporte: o automóvel. Da mesma forma que a magnitude da moradia expressa o status e o prestígio do sujeito, atualmente o automóvel parece exercer o mesmo significado. Barros demonstra que a especificidade da localização dos CHFS cria a extrema dependência desse meio de transporte. A região que abriga os CHFs conta com uma infraestrutura, de tal forma que o seu traçado urbano é capaz de viabilizar o tráfego de carros e facilita o acesso aos shoppings centers e clubes, bem diferentes de outras áreas periféricas habitadas pelas classes populares.

Indubitavelmente, não são somente as classes altas que utilizam os automóveis, como salientou Caldeira (2012). Nos últimos anos, as classes populares, cada vez mais, estão utilizando esse tipo de transporte, todavia, o sujeito é classificado socialmente de acordo com o modelo de automóvel que possui, daí a designação de carro popular e carro de luxo. Isto é tão marcante que existem até piadas do tipo: “Fusca não é carro, é condução”; “não tenho carro, tenho Fiat Uno”.

Barros (2012) afirma que os novos padrões de habitação e mobilidade exigem o uso frequente do automóvel, mas também pondera que isto se relaciona também com os valores culturais

dos brasileiros. Ela demonstra que a deficiência e o sucateamento do transporte público brasileiro não são as principais causas da crescente utilização do automóvel. Na sociedade capitalista o carro aparece como uma mercadoria, neste sentido, ele não é apenas um meio de locomoção, mas revela um estilo de vida. As campanhas publicitárias, por exemplo, colaboram para a difusão dessa ideologia.

A segurança é um dos aspectos evidenciados no marketing dos CHFs; a promessa reside na fuga dos problemas urbanos, sobretudo, da crescente violência urbana. Ainda persiste a noção que a violência é algo específico das “classes perigosas”, ou seja, produto exclusivo das classes pobres.

Zaluar, Noronha e Albuquerque (1994) realizaram uma pesquisa utilizando os dados estatísticos do Ministério da Saúde sobre homicídios entre 1981 e 1989. Os pesquisadores confrontaram esses dados com os fluxos de pobreza e migração em diferentes unidades da federação. O resultado da pesquisa revelou que não há nenhum tipo de associação entre os dados analisados com os crimes contra a vida. Os pesquisadores concluem que o tráfico de drogas e o crime organizado acompanhados de uma política exclusivamente repressiva e da ausência de políticas públicas consistentes estão no rol das causas da violência metropolitana. A pesquisa objetivou desmitificar a problemática da crescente violência urbana. Os autores problematizam a questão do registro da causa do óbito, sobretudo para ocultar o abuso de autoridade policial, ademais evidenciam a relação do preconceito social com a violência. Por exemplo, Zaluar (2007) ao entrevistar moradores de São Paulo sobre o crescimento da violência, a maioria atribuía que a violência relacionava-se como o migrante nordestino.

A citada autora salienta um aumento expressivo da violência urbana nos anos 80, principalmente nas taxas de homicídios envolvendo pessoas do sexo masculino. Para ela, o crescimento exorbitante da violência urbana é decorrente de vários aspectos arcaicos e decorrentes de uma sociedade forjada sob os valores do autoritarismo, mas que convive e configura a sociabilidade brasileira e explicitam-se de forma veemente nas regiões metropolitanas. O contexto analisado pela autora demonstra o crescimento da violência nos grandes centros na década de 80, algo fortemente ligado ao crescimento de áreas metropolitanas específicas do período. Porém, o crescimento da violência urbana já não é exclusividade desses referidos centros. Estudos recentes apontam a generalização da violência em pequenos e médios municípios.

Com efeito, embora os CHFs sejam uma alternativa para mitigar o problema da violência por meio de uma perspectiva individual, é importante destacar que a violência urbana brasileira é produto de questões sociais, muitas delas herdadas do passado.

Zaluar (2007) demonstra que esse tipo de sociabilidade se sustenta através de relações simbióticas, entretanto perversas: a articulação entre público e privado qualificado, estranhamente, como parceria; a fronteira pouco nítida entre as atividades legais e as ilegais, as quais servem para fomentar os setores econômicos. A autora chama a atenção para o crescimento do tráfico de drogas, um drama que assola uma parcela crescente da juventude pobre, mas que tem raiz na estrutura social. Segundo ela, a falta de equipamentos urbanos de uma estrutura de oportunidades asseguradas pelo Estado foi decisiva para a situação de vulnerabilidade social, na qual se encontram esses jovens, tornando-se presas fáceis do comércio ilegal de drogas.

Embora, a violência urbana assale a parcela mais pobre da população urbana, o permanente clima de insegurança, os bolsões de pobreza, a circulação de desocupados, de moradores de rua, de desempregados, do lumpemproletariado compõe a realidade urbana da qual a classe abastada (e o poder público) não quer conviver nem ao menos enxergar. Frangella (2005) sublinha a intervenção urbana em São Paulo denominada de “arquitetura antimendigo”. Trata-se de uma forma de “limpar” a área central por meio de fechamentos de banheiros públicos, interdição de praças, etc. Para os planejadores esse segmento representa uma ameaça a ordem urbana. Entretanto a utilização de mecanismos hostis é preferível à implantação de políticas públicas inclusivas. A esse respeito, salienta que:

Tecnologias de expulsão fizeram parte da operação, criando, no início da década, a “arquitetura antimendigo”. Essas tecnologias foram iniciativas da sociedade civil, parte da opinião pública e administradores regionais, incentivadas pela ausência de uma política dirigida a essa população, e consistiam em: grades em torno de igrejas e de árvores para impedir que os habitantes de rua durmam ou urinem em locais citados: óleo queimado espalhado em frente de calçadas e portas de lojas, de maneira a sujar o local e torna-lo inviável como local de pernoite (...) (FRANGELLA, 2005, p. 201).

Conforme Leitão, o prestígio do espaço privado em detrimento do espaço público na questão urbana constitui em um dos atributos culturais da sociedade brasileira (LEITÃO, 2005, p.249).

Na atualidade, os CHFs incorporam os mesmos valores e reproduzem a segregação, tendo-se em vista que se ancora na alternativa individual para solucionar problemas sociais profundos.

A promessa de "qualidade de vida", de segurança são para a minoria, por isso, seletivos, posto que para se adquirir um imóvel nesse tipo de condomínio são necessários rendimentos, mas, estão aquém da maioria da população. Na verdade os perfis dos futuros moradores são definidos a priori. Os CHFs se apresentam como áreas de segregação social, são espaços cercados por muros, cercas eletrificadas e totalmente monitorados por câmeras de segurança, desse modo, a circulação das pessoas é altamente restrita, já que servem como um meio de classificação dos indivíduos através da ostentação de status social (GALVÃO, 2007; CALDEIRA, 2000).

Caldeira (2000) comprova o desprestígio do público face ao privado, demonstrando o crescimento da segurança privada nas últimas duas décadas. A autora revela que as alternativas adotadas para enfrentar a problemática urbana só contribuem para a acentuação da mesma.

Ribeiro (2007) e Oliveira (1988) salientam que o clima de insegurança e medo que impera nas cidades é decorrente, como já se mencionou anteriormente, da política praticada pela alta classe média, embasada em valores auto defensivos e individualistas, os quais nutrem e perenizam os padrões de segregação urbana; os CHFs são produto desse tipo de visão “com os quais as altas classes médias pretendem se proteger da “desordem urbana” (RIBEIRO, 2007, p.32).

Para Caldeira (2000) os CHFs são um exemplo cabal de uma sociedade pautada em relações assimétricas, uma vez que priorizam os valores individuais em detrimento dos valores coletivos, enfim, constitui em uma afronta aos princípios democráticos. Tal alternativa, porém, não suprime a violência, mas contribui para a sua acentuação. Intrinsecamente, no lugar da democracia, das atitudes deliberativas, prevalecem os ditames do mercado e a crescente privatização do espaço público.

2.5 Condomínios Horizontais Fechados em Maringá: o Eco Garden

A segregação espacial no Brasil constitui uma tendência urbana, uma vez que outros analistas constataram essa problemática em várias metrópoles do País, portanto não é exclusividade de Maringá. Tal tendência se confirma na realidade urbana brasileira por vários fatores anteriormente mencionados: como o processamento sob a lógica capitalista; além, de determinadas práticas arraigadas que contrariam os princípios democráticos. Todavia, parece

que em Maringá, a segregação se apresenta como maior intensidade. A ocupação do seu espaço foi meticulosamente orquestrada por meio da simbiose poder público/agentes imobiliários. Assim, a situação socioeconômica era um dado fundamental para a aquisição de lotes e moradias, tanto que a cidade, inicialmente, foi segmentada em diferentes áreas visando atender diferentes classes sociais, também, houve uma disparidade na implantação de serviços públicos e equipamentos sociais na medida em que a prioridade da implementação dos mesmos eram nas áreas consideradas "nobres".

Evidencia-se que na formação da referida cidade, determinados grupos sociais eram desejados, fortalecendo a mentalidade que considera os trabalhadores, os pobres como sendo as "classes perigosas", ou seja, propensas, naturalmente, ao crime, à violência e à desordem, enfim não eram convenientes para a imagem da cidade e, tampouco para os propósitos do mercado imobiliário, visto que, a imagem de uma cidade planejada, organizada e tranquila colaborava para o aumento dos preços dos imóveis.

A criação da ideia de uma cidade bela e tranquila ocorreu através de um violento processo de segregação, mas que ainda persiste. É muito comum os meios de comunicação local afirmar em que os desvalidos, moradores de ruas que perambulam pela cidade, são oriundos dos municípios vizinhos, perpassando, equivocadamente, a ideia que inexistem problemas sociais graves em Maringá. Essa tendência altamente segregadora e amplamente cultivada parece se concretizar quando se observa o crescimento pela opção deste tipo de moradia (CHFs), como também apontar os elementos que regem esse tipo de sociabilidade:

- 1- Os CHFs constituem os novos modos de apropriação do espaço, apresentando-se como umas das alternativas altamente lucrativas e estão sob a lógica capitalista;
- 2- Este tipo de empreendimento visa atender a classe média e a classe alta, ou seja, setores específicos da sociedade.
- 3- Constituem alternativas individuais para os problemas sociais, dessa forma, reforçam e explicitam a segregação.

Vários fatores colaboraram para o "sucesso" dos CHFs, dentre eles: a possibilidade da "fuga" dos problemas urbanos; da sensação de segurança que proporcionam; do isolamento das chamadas "classes perigosas", além do status social, visto que a posição social do indivíduo é mensurada de acordo com o esplendor de sua moradia.

O Eco Garden Residence, situado na zona limítrofe de Maringá e Sarandi, é um exemplo sugestivo desse tipo de empreendimento, composto de 365 lotes distribuídos em 151.402 metros quadrados, com tamanhos individuais que variam entre 400 e 780 metros quadrados. O que chama atenção é a sua localização, situada em uma região historicamente desvalorizada e carregada de estereótipos, localiza-se na região conhecida popularmente como "Cidade Alta", próximo ao "Contorno Sul"; estas designações estão colocadas entre aspas, pois são popularmente utilizadas para identificar a região, bem como os seus moradores, ou por outras palavras, o imaginário social associa "cidade alta" com representações de pobreza, marginalidade etc. O Conjunto Residencial Cidade Alta localiza-se no extremo Sul da área urbana de Maringá, fazendo divisa com o setor de chácaras e com o município de Sarandi.

As narrativas superficiais, mas que estão arraigadas no imaginário social, associam o crime à pobreza, por isso, o sistema de segurança e o imenso muro são o símbolo da distinção social entre a civilização e a barbárie na medida em que a região adjacente ao Eco Garden abriga, em sua maioria, a classe popular. Desse modo: "O crime e os criminosos são associados aos espaços que supostamente lhes dão origem, isto é, as favelas e os cortiços, vistos como os principais espaços do crime" (CALDEIRA, 2000, p.79).

O que merece sublinhar é a posição estratégica do Eco Garden: a sua fachada foi construída de frente para Maringá e o seu alto e extenso muro faz a divisão entre os dois municípios. Denota-se que a maior parte territorial do condomínio localiza-se na área pertencente ao município de Sarandi, embora o seu traçado, planejado estrategicamente, sugira que pertence a Maringá. Na verdade trata-se de uma tática de aportar valor ao solo, mas por intermédio das recorrentes práticas de segregação socioespacial. O empreendimento em questão é um exemplo empírico das práticas de exclusão e invisibilidade social que perpassa a sociabilidade dos dois municípios. As implicações decorrentes desse tipo de segregação demonstram, como viu-se em outros momentos do presente trabalho, que as tais práticas apenas alimentam e reproduzem os problemas sociais na RMM.

Fotografia 2: Localização do CHF Eco Garden



Fonte:Google Maps, 2014.

Em uma visita de campo realizada no Eco Garden (em fase de construção) no mês de junho de 2013, pode-se observar o emprego de uma mega estrutura (dezenas de operários, empresas de diferentes ramos, diversos maquinários de grande porte) para levar a cabo o empreendimento. A imensa estrutura impressionou, pois geralmente em obras públicas de maior magnitude, não se aplicam semelhantes recursos. Constatou-se também, que o entorno dos condomínios foi totalmente embelezado, algo semelhante ocorreu com os pavimentos e as calçadas dos bairros adjacentes. Indubitavelmente, esse tipo de sociabilidade urbana ocorreu em outros países, porém no Brasil, como atesta Caldeira (1984), as pessoas sempre tiveram que buscar soluções para a moradia na iniciativa privada. Dessa forma, a ausência do poder público se expressou nos inúmeros problemas que assolam a vida urbana brasileira, e na continuidade e manutenção de um modelo excludente. Embora, nos últimos anos, a elaboração dos diversos marcos legais adotam democráticos princípios, dentre os quais merece destaque, a função social da cidade, que visam romper com esse modelo e, a despeito das políticas públicas habitacionais postas em prática pelo governo, a política urbana permanece ainda sob o controle de certos setores políticos e econômicos.

A publicidade, umas das molas propulsoras do empreendimento, faz menção à tranquilidade, ao contato com a natureza, ao lazer, mas destacam que os benefícios são exclusivos aos seus

residentes. Buscam oferecer alternativas para a fuga dos problemas urbanos, da violência, da poluição sonora, da pobreza, como se fossem apenas responsabilidade do outro.

O enfoque na questão ecológica é o diferencial do Eco Garden, a publicidade o caracteriza como condomínio sustentável. Além da utilização de energia eólica gerada por uma turbina de 40 metros, o residencial também usará com o uso de energia solar captada por placas solares com leds (fotovoltaicas) e um sistema de baterias capaz de armazenar energia²⁵. Além de se inserir na estratégia do capital imobiliário, o empreendimento segue a proposta da ‘venda de soluções verdes e “estrutura ecológica” citada na Revisão do Plano Diretor de Maringá, (UEHARA, 2012).

Quanto à localização, o teor publicitário do empreendimento, argumenta que o espaço urbano maringaense está se dinamizando, e que, o condomínio situa-se a poucos minutos de hospitais, de centros universitários, mas o principal referencial é o novo centro cívico, o qual aporta valorização imobiliária.

Em nenhum momento, a publicidade do empreendimento faz alguma menção a Sarandi, ainda que o mesmo se localize na referida cidade, o que confirma a representação estereotipada dos empreendedores maringaenses em relação ao município vizinho. A exclusão intencional de Sarandi da publicidade significa a valorização do empreendimento, tendo em vista que no senso comum ela está associada à pobreza, à violência e à desorganização, isto é, a tudo aquilo que os CHFs buscam afastar.

Um blog que comenta assuntos referentes ao município de Sarandi fez o seguinte comentário acerca do novo empreendimento imobiliário:

O mais novo empreendimento da cidade de "Maringá", o Eco Garden Residence, se gaba por possuir um conceito inovador, cheio de qualidade de vida e muito verde. O que muitos não sabem, é que tal empreendimento está sendo construído em Sarandi. Será que os empresários tem preconceito com a cidade?

E como a prefeitura de Sarandi permitiu tal condomínio em nossa cidade, se não levamos nem um pouco dos créditos dele?

Tem que ver isso aí...Sarandi não merece preconceito, estamos em 2012, é hora de valorizar nossa cidade e mostrarmos o que temos de bom. (<http://avantesdi.blogspot.com.br/2012/01/eco-garden-maringa-ou-eco-garden.html>, acesso em 11/11/2014)

²⁵ Essas informações foram extraídas do sítio da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia, disponível em <http://www.abesco.com.br/detalhes.asp>. Em geral a publicidade dos condomínios fechados versa sobre a segurança, já o Eco Garden como o próprio nome sugere prioriza o contato com a natureza.

Fotografia3: Entrada Eco Garden Residence



Fonte: Acervo do autor, Novembro de 2013.

Efetivamente, as cidades se transformaram em empresas ávidas em vender mercadorias, e na medida em que o culto ao individualismo se intensifica, os problemas urbanos “perdem” a sua dimensão social. O desdobramento disso é a crescente mercantilização da vida urbana expressa nos CHFs, tanto é que vendem a “paz”, a “natureza”, o “sucesso” etc.

Fotografia: 4: Avenida de um bairro situado nas imediações do Eco Garden.



Fonte: Acervo do autor, Novembro de 2013.

Com isso, pretendeu-se mostrar que esses elementos não constituem uma aleatoriedade, nem uma mera coincidência, mas explicitam com veemência o teor segregador e excludente da visão dos empreendedores, sobretudo com a cidade de Sarandi, alvo constante de estereótipos e atributos pejorativos. De forma geral, o que está em questão são tão somente os interesses financeiros e políticos dos agentes imobiliários viabilizados pela ocupação do solo e da sua crescente valorização, concretizados por meio do discurso da modernização e do progresso. A quantidade de CHFs em Sarandi ainda é modesta, a cidade conta com menos de cinco, uma vez que o município ainda é visto como o local de gente pobre, o que traz uma certa apreensão dos investidores, todavia, tal realidade está mudando, sobretudo quando se nota o número expressivo de loteamentos existentes na cidade.

Baseando-se nas reflexões de Bourdieu (1997), no caso do Eco Garden a distância não é necessariamente geográfica, mas simbólica, posto que a posse de capital (monetário) propicia as condições para a apropriação do capital cultural e obviamente para a estrutura de oportunidades. Por outro lado, a falta dele dificulta o acesso a determinados bens, contribuindo assim, para a exclusão de certos elementos essenciais para a vida cidadã. Conforme os efeitos de lugar (BOURDIEU, 1997), os bairros adjacentes ao Eco Garden

Residence mora, em sua maioria, a população pobre e potencialmente violenta, classificada através de imagens homogeneizadoras e indesejáveis, por isso deve ser mantida à distância. Encontram-se desprovidos de capital econômico, cultural ou simbólico, aspectos necessários para romper as distâncias físicas e/ou simbólicas através dos quais os mantêm presos a um lugar e os impedem de ocupar outros espaços. Nestes termos Bourdieu (apud Bezerra, 2011) salienta:

(...) o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão. A reunião num mesmo lugar de uma população homogênea na despossessão tem também como efeito redobrar a despossessão, principalmente em matéria de cultura e de prática cultural (...) produzem um efeito de atração, para baixo, portanto, de subjetivas dos demais participantes. Sustenta-se em relações hierárquicas, violentas, orientadas pelo uso da força física contra quaisquer manifestações de insubmissão. Condição que afeta as sociabilidades tecidas nestes espaços e fragiliza os processos organizativos e de reivindicação de direitos por partes destes segmentos sociais. nivelamento, e não deixam outra saída que a fuga (na maioria das vezes interdita pela falta de recursos) para outros lugares (BOURDIEU 1997, p. 166 *apud* BEZERRA, 2011, p. 5-6).

Para Bourdieu, a classe dominante, por intermédio do poder simbólico, pratica a violência simbólica, submetendo o grupo dominado ao seu discurso, ou seja, por meio dele produz e reproduz os seus valores de classe. Assim:

As relações de comunicação, assim, são relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes ou instituições. É o discurso do poder que o concebe como verdadeiro, sustentando-se no ocultamento do contra discurso. O poder é, então, constituído e legitimado pelo discurso. E, se é o discurso que assegura ao poder legitimidade (...) (CUNHA, 2011, p.44).

O discurso que busca legitimar a implementação de empreendimentos imobiliários como o Eco Garden, sustenta seus argumentos na ideia de modernidade urbana e valorização imobiliária, entretanto as intervenções urbanas levada a cabo pelos poderes públicos e privado resultante das ações políticas, econômicas e sociais as quais impõem a ideologia das classes dominantes no espaço social engendrando estratégias de poder e das quais geram a segregação social. Trata-se da “modernização” que beneficia o capital imobiliário e exclui grande parcela da população da riqueza socialmente produzida.

Embora o condomínio esteja próximo às regiões carentes, todavia isso não constitui uma barreira para os seus moradores pelos seguintes fatores: os muros, os sistemas eletrônicos de

monitoramento, os seguranças controlam a entrada e saída de pessoas; geralmente os residentes não trabalham nas imediações, também não utilizam os serviços públicos da região, enfim, não se estabelecem quaisquer tipos de relações sociais entre as pessoas das respectivas localidades, posto que o status social é o elemento que credencia os contatos sociais, servindo da mesma forma como um elemento de identidade e classificação.

A fragmentação urbana causada pelos novos modelos residenciais impede que os cidadãos tenham direito à cidade, além de ser produto das desigualdades sociais, a fragmentação urbana colabora para a reprodução das disparidades sociais e dos estigmas sociais tendo em vista que se funda na mercantilização do espaço.

Caldeira (2000) mostra que os CHFs incorporam a visão da classe dominante, visto que há uma excessiva valorização do espaço privado em detrimento do espaço público. A autora argumenta que o desenvolvimento da democracia brasileira ocorreu de forma contraditória tendo em vista que a evolução dos direitos políticos não ocorreu na mesma proporção dos direitos civis. Desse modo, a ausência de políticas públicas consistentes para tratar os problemas urbanos indica a presença de um tipo de cidadania altamente problemática no País.

Os paradoxos identificados na realidade urbana residem no fato de que como já afirmado anteriormente neste trabalho, no Brasil existem marcos legais calcados nos princípios democráticos que, por sua vez, asseguram a função social da cidade. Para muitos, é a legislação mais moderna do mundo. Assim a construção da cidade deve ocorrer de tal forma que possibilite que os diferentes sujeitos tenham os seus direitos e suas necessidades amplamente asseguradas, isto é, deve acontecer de forma coletiva e deliberativa. Porém o que acontece é a "construção de consensos" por certos grupos que elaboram o planejamento urbano. Na verdade, a sociedade brasileira não se libertou dos princípios arcaicos herdados do passado, já que o clientelismo e o patrimonialismo ainda estão contidos no processo econômico e político, assim como impedem a autêntica democracia.

Depreende-se a necessidade da ruptura desse modelo iníquo de urbano, contudo ela será possível por meio da superação do "analfabetismo urbanístico" Maricato, 2000. A autora em questão aponta a necessidade da conscientização das questões urbanas pelo conjunto social, assim as elaborações de políticas públicas e urbanas devem originar-se a partir da deliberação dos setores populares. Trata-se da criação de uma esfera pública na qual os conflitos e os problemas das cidades sejam discutidos e as eventuais medidas sejam criadas através da ampla participação. A autora afirma que a consolidação de novos modos de interlocução,

oriundos dos movimentos sociais, pode construir novos canais de participação e legitimidade, a ideia é de um diálogo mais forte dos cidadãos com a esfera política.

CAPÍTULO 3

E O DIREITO À CIDADE? O BAIRRO VALE AZUL NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS URBANÍSTICAS

"em sua versão contemporânea, a técnica se pôs ao serviço de uma produção à escala planetária, onde nem os limites dos Estados, nem os dos recursos, nem os dos direitos humanos são levados em conta. Nada é levado em conta, exceto a busca desenfreada do lucro, onde quer que se encontrem os elementos capazes de permiti-lo."

Santos, 1999, p.144.

2.1 Procedimentos adotados na pesquisa

Nos capítulos anteriores analisou-se o intenso processo de segregação externa, isto é, ocorrido entre os municípios de Maringá e Sarandi. Vimos que o discurso dominante aponta as duas cidades com características opostas, a primeira, o símbolo da prosperidade e da harmonia social enquanto a segunda representa o caos e a violência urbana. Esse universo simbólico aparece na realidade social como algo inexorável e natural. Para uma melhor compreensão da segregação socioespacial faz-se necessária analisá-la a partir da dinâmica regional, por isso, realizou-se uma pesquisa²⁶ junto aos moradores do Bairro Vale Azul, com o escopo de investigar a segregação espacial e a condição social dos moradores em uma região que reflete a realidade paradoxal. A pesquisa de campo centrou-se nos dados captados por meio da aplicação de questionário composto de 37 questões (ver anexo 4). Foram entrevistados 132 moradores do total de 235 imóveis existentes no bairro.²⁷

A região em questão suscita a uma pesquisa sociológica, sobretudo pelas recentes modificações urbanísticas. Historicamente, a localidade caracteriza-se pelos atributos pejorativos, pela desvalorização imobiliária e abandono do poder público, mas que recentemente está sendo objeto dos grandes investimentos imobiliários. O Secretário de Urbanismo Elton Toy²⁸ destacou que o Vale Azul é um dos bairros mais antigos do município e que demanda grandes investimentos para solucionar os problemas urbanos, problemas esses que foram ignorados durante décadas. E quando questionado sobre a implantação dos condomínios de luxo no município, Toy afirmou que os mesmos colaboram para o desenvolvimento da cidade, apesar de ponderar que também contribuem para a segregação socioespacial. Segundo Paulo, responsável pelo setor de informações urbanas do município de Sarandi, o Vale Azul possui 235 unidades habitacionais e é dividido em dois núcleos (A e B): o primeiro é composto por residências, uma escola municipal, uma praça e uma igreja, o segundo núcleo é composto por chácaras, clube de lazer e lotes de grandes extensões.

Pretende-se com a pesquisa exercer aquilo que Wright Mills (1959) denomina de imaginação sociológica. O sociólogo norte americano ressalta que superficialmente a realidade aparece

²⁶ A pesquisa consistiu na aplicação de questionário, composto por 37 questões (35 questões fechadas e duas abertas), foi aplicado, entre dezembro de 2014 e abril de 2015, em 132 unidades habitacionais, representando, assim, 50% do universo da pesquisa, dentro de um total de 235 moradias, e envolveu os assuntos relacionados ao perfil socioeconômico dos entrevistados, problemas do bairro, opinião destes em relação as recentes mudanças urbanísticas.

²⁷ Adotou-se a amostra aleatória simples com margem de erro de 5%.

²⁸ Elton Toy concedeu entrevista em 11/11/2014. O mesmo esclareceu que embora nos meios de comunicação, o Vale Azul apareça como distrito, ele se classifica como bairro.

como um todo harmônico, entretanto, essa aparente harmonia se desfaz quando a realidade social é problematizada, quando buscamos conectar os fenômenos sociais, ou seja, mediá-los e submete-los ao crivo da crítica.

Analisando a (re) produção do espaço social, evidencia que o mesmo está subordinado à lógica capitalista que por sua vez esta é a principal responsável por grande parte das disparidades que a assolam a sociedade. O Estado e o setor imobiliário são os produtores do espaço, todavia beneficiam os setores dominantes.

Com efeito, o território não se expressa somente como um valor físico e aleatório, mas, sobretudo, como um espaço hierarquizado e nele contém as relações assimétricas e materializadas nas desigualdades sócio espaciais. Apesar dos marcos legais urbanísticos oferecerem condições para a implantação de políticas urbanas capazes de romper como o modelo iníquo de crescimento urbano, os gestores os ignoram e cerceiam o direito à cidade a todos.

O Estatuto da Cidade (EC) promulgado em 2001 possibilita que os municípios elaborem políticas urbanas capazes de favorecer processos de inclusão social. Martins (2003) salienta que “a específica competência municipal de planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, tem implicações não somente territoriais, mas reflexos também na economia e na sociedade” (MARTINS, 2003, p. 02). Isso significa que o poder público dispõe de instrumentos legais capazes de garantir a participação e o direito, sobretudo das camadas populares às riquezas produzidas pela cidade. A criação dos referidos marcos legais objetiva a consolidação do processo de cidadania por meio da participação popular no processo decisório das questões urbanas, ou por outras palavras, consubstancia a democratização da gestão e do planejamento urbano. Neste sentido, todas as classes e grupos sociais devem ser contemplados pelas políticas urbanas. Martins (2003) assinala que dentre as competências municipais, destacam-se o zelo pelas instituições democráticas e o combate as causas da pobreza e promoção da integração social. Ademais, os instrumentos urbanísticos previstos em lei conferem ao poder municipal a possibilidade de combate à especulação imobiliária. Canetti (2014) salienta que o Estado dispõe de instrumentos²⁹ capazes de evitar a especulação imobiliária como, por exemplo, à captura de mais-valias fundiárias. Mas ao invés de permitir que a cidade cumpra função social, o Estado e o governo “têm se

²⁹Os instrumentos são a Usucapião Especial de Imóvel Urbano, a concessão de uso especial para fins de moradia, o IPTU progressivo e a regularização fundiária.

enquadrado em uma perspectiva de controle pelo capital, gerador de exclusão ao considerar somente os investimentos que favorecem uma população já incluída na sociedade” (CANETTI, 2012, p.24). Para o autor em questão, a especulação eleva os lucros imobiliários, mas em contrapartida reproduz as desigualdades urbanas.

No entanto, as recentes transformações urbanas no entorno do Vale Azul demonstram a continuidade da segregação socioespacial na RMM, haja vista que enquanto as classes abastadas têm acesso à qualidade de vida urbana, aos moradores do bairro em questão lhes é negado o direito à cidade. Desse modo, a pesquisa no Vale azul tornou-se essencial para atingir os propósitos desse trabalho, sobretudo para levantar questões sobre segregação espacial, especulação imobiliária e preconceito no município de Sarandi. Como já foi mencionado, a região em que o bairro se situa, é alvo dos grandes empreendimentos imobiliários, os condomínios fechados. O contraste verificado na realidade espacial demonstra a desigualdade social e a segregação espacial sofrida pelos grupos subalternos daquela região. Conforme Corrêa (1995), esse fenômeno resulta-se da mercantilização da habitação da qual a ela torna-se uma mercadoria destinada á troca. Nesta acepção, os direitos dos cidadãos passam a ser restritos pelo mercado, haja vista que a classe dominante o controla por meio da apropriação do solo. Nota-se que o referido espaço era ocupado pelas classes populares, mas que recentemente estão recebendo recursos do capital imobiliário e da gestão pública para suprir as demandas dos novos empreendimentos habitacionais, entretanto os benefícios são apropriados pelos setores dominantes.

Mapa 4- Novos empreendimentos imobiliários na divisa entre Sarandi e Maringá



Fonte: <http://www.isoldirguedes.com/lancamentos/>

De acordo com Corrêa (1997) os grandes empreendedores compram propriedades com baixo preço no sentido de comercializá-las por altos valores na medida em que lhes interessam os valores de troca, mas para tanto podem contar com os investimentos públicos em infraestrutura. Segundo o autor, o Estado age como um produtor do espaço urbano, porém reproduzindo as contradições sociais.

A transferência do centro cívico de Maringá para as imediações comprovam a tese do autor. Outra estratégia dos promotores imobiliários para a valorização do solo urbano em áreas historicamente desprezadas é a produção de inovações (CORRÊA, 1997). As campanhas publicitárias do Eco Garden, por exemplo, destacam a utilização de energia eólica no condomínio, já a do Eco Valley enfatiza o pioneirismo do planejamento do bairro na região (ver folder do Eco Valley em anexo 3). No entanto, esse mesmo autor salienta que tal estratégia acentua o processo de segregação espacial tendo em vista que aumento do custo do solo exclui as classes populares. No caso do Vale Azul, bairro que atraiu grande número de pessoas pelo baixo preço das moradias, após a implantação dos condomínios, o valor venal dos imóveis subiu para até 1000%! Contudo a pesquisa revelou que a maioria dos moradores não está preocupada com a valorização dos imóveis, mas com a satisfação imediatas de suas necessidades básicas, isto é, com os equipamentos urbanos.

De acordo com Medeiros (2012), o espaço urbano atual sofre nova reestruturação, isto é não pode ser pensado apenas pela oposição entre centro e periferia; para autora os espaços adquirem outras centralidades no tecido urbano, dentro desta perspectiva a periferia assume um novo significado devido crescente especulação e torna-se um dos alvos do capital imobiliário. Assim:

Classes diferentes coabitam um espaço sem necessariamente manter uma estreita relação, e é aí que mais explicitamente se enxerga uma segregação, que em outro momento era apenas espacial, mas que agora impõe limites à sociabilidade (p.22).

[...] a alta renda também ocupa terra barata na periferia [...] não é rigorosamente verdadeiro que o preço da terra determina a distribuição espacial das classes sociais [...] os terrenos mais caros são ocupados pelas camadas de alta renda, pois na periferia de metro quadrado barato a alta renda ocupa terrenos grandes ou, em se tratando de [...] a classe média também ocupa terra cara no que se refere ao preço do metro quadrado de terreno, consumindo pouca terra per capita ou por família [...]. (VILLAÇA, 2001, p. 146-147, *apud* MEDEIROS, 2012, p.27).

O cenário descrito pelos autores é primordial para caracterizar as mudanças urbanísticas ocorridas na região do Bairro Vale Azul. Tais mudanças aconteceram conforme as conveniências do mercado, ou seja, somente para atender a demanda economicamente solvável. Dentro desta perspectiva, Ribeiro e Santos Junior (2005) destacam que desde a época de autores como Marx, Weber e Simmel, a cidade era pensada como o lócus da racionalidade e da democracia, substituindo a organização estamental do *ancien régime*, no entanto a ordem capitalista globalizada fragmentou o espaço urbano gerando, por sua vez, uma sociedade dualizada e capitaneada pelo mercado³⁰.

Ribeiro e Santo Junior (2005) salientam que a segregação socioespacial é um dos efeitos mais nefastos dessa ordem dual, pois reproduz as desigualdades, reduz as oportunidades sociais e impede o exercício da cidadania. Desse modo:

Desde o célebre trabalho de Harvey (1980) sobre a cidade e a justiça social, entendemos que a dinâmica urbana não apenas reflete a estrutura social de uma dada sociedade, como também constitui-se em um mecanismo específico de reprodução das desigualdades (RIBEIRO e SANTOS JUNIOR, 2005, p. 92-93).

³⁰RIBEIRO, Luiz César de Queiros; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Democracia e cidade: divisão social da cidade e cidadania na sociedade brasileira. *Análise Social*, vol. XL (174), 2005, 87-109.

A distribuição desigual da renda urbana fundamenta-se na particularidade do processo político brasileiro resultante da democracia inacabada e relacionada com o “empoderamento ou desempoderamento dos grupos e classes sociais em razão do seu isolamento social” Ribeiro, Santos Junior, 2005, p. 92. Os autores em questão afirmam que o desequilíbrio nas disputas políticas impede que as classes populares tenham acessos aos plenos recursos urbanos; neste sentido é possível considerar a existência dos denominados “subcidadãos”³¹.

Baseando-se nas reflexões de Cardoso (1975), Ribeiro e Corrêa (2012) os quais ressaltam que as cidades latinas americanas não conseguiram consolidar instituições formadoras da comunidade cívica pode-se dizer. “É com base nesta constatação que Cardoso cunha a interessante expressão “cidade sem cidadania” (CARDOSO, 1975, p. 162) ³².

Ancorando-se nas reflexões de Mike Davis (2006), Baltrusis e D’Ottaviano (2009) argumentam e ao contrário do que estimavam os urbanistas, as cidades modernas não conseguiram equacionar seus problemas urbanos, as desigualdades urbanas são expressas no crescimento exponencial das favelas. Conforme os pesquisadores, o desenvolvimento urbano capitalista engendra um tipo de cidade na qual:

... uma parte da população mais rica se isola da cidade real e constrói seus espaços de moradia em condomínios e loteamentos fechados, renegando a função pública da cidade, fragmentando o espaço urbano e contribuindo para a consolidação da não-cidade (BALTRUSIS E D’OTTAVIANO, 2009, p.1745- 1746)

Ribeiro e Corrêa (2012) observam que as desigualdades de acesso aos elementos que compõem o bem-estar urbano (transportes, saneamento, habitação, etc.) e de acesso às oportunidades de melhoria das condições de vida (educação e trabalho) são os aspectos essenciais de cidadania entre os indivíduos no espaço urbano.

³¹Idem.

³²RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CORRÊA, Filipe Souza. Cultura política, cidadania e representação na urbs sem civitas: a metrópole do Rio de Janeiro. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, n. 30, mai./ago. 2012, p. 156-193.

Fotografia 5: Estrada que permite o acesso ao Bairro Vale Azul (Sarandi – PR).



Fonte: Acervo do Autor, abril de 2014.

Fotografia 6: Eco Valley, loteamento dotado de infraestrutura urbana, localizado no entorno do Vale azul



Fonte: Acervo do Autor, abril de 2014.

2.2 DESCRIÇÃO DO VALE AZUL

O Bairro Vale Azul, situa-se entre os municípios de Sarandi e Maringá, é composto por residências simples de madeira ou alvenaria e construções arrojadas que ocupam quase a totalidade do terreno (1000 m²), além de chácaras e grande quantidade de lotes vazios. É carente de infraestrutura urbana e somente nos últimos anos, o poder público propôs-se pavimentar a principal via do bairro, a Avenida Vale Azul. Apesar de possuir características rurais, a região é classificada como urbana. Em seu entorno situa-se o Conjunto Cidade Alta (Maringá) que a despeito de ser um bairro popular, ao contrário do Vale Azul, possui infraestrutura básica ainda que em condições precárias no qual os moradores de Sarandi recorrem frequentemente. O Eco Valley é um dos recentes empreendimentos imobiliários e faz divisa com o Vale Azul.

No referido bairro não existe um padrão na forma de construção das moradias, que possui casas de tamanhos e acabamentos variados. O perfil socioeconômico também é discrepante,

tendo em vista que a minoria, proprietários de chácaras e clube de lazer, só utiliza ou aluga seus imóveis nos feriados e nos finais de semana, já a maioria mora e são dependentes dos recursos do bairro, isto é, são pessoas que possuem familiares ou optaram pelo bairro pelo baixo preço do aluguel³³.

Fotografia 7: Casa de alto padrão localizada no Vale Azul



Fonte: Acervo do Autor, abril de 2014.

³³ Durante as entrevistas constatou-se que o preço dos imóveis alugados no Bairro Vale Azul é a metade dos preços praticados em outras regiões da cidade.

Fotografia 8: Casa de madeira localizada no Vale Azul



Fonte: Acervo do Autor, abril de 2014.

Os dados obtidos apontam que 33% dos respondentes tem uma renda familiar de até 1 salário mínimo e apenas 19% afirmaram que a renda familiar ultrapassa 2 salários mínimos. Quanto à escolaridade, 39% responderam que possuem ensino primário, ao passo que apenas 0,5% afirmaram que possuem ensino superior completo. Os dados apontam que os moradores pertencentes a referida região possuem baixa renda e escolaridade, isso significa que os mais pobres estão arcando com as dificuldades impostas pelo empreendimento urbano.

Quando perguntado sobre os eventuais benefícios dos novos loteamentos para a região, alguns moradores afirmaram que os seus imóveis valorizaram e que graças aos empreendimentos, tiveram acesso a via pavimentada que os conduzem à Maringá. Contudo o resultado da pesquisa mostrou que a principal preocupação dos moradores é com a qualidade da vida urbana, ou seja, acesso aos equipamentos urbanos básicos (asfalto, hospital, supermercado, escolas), pois grande parte dos moradores eram trabalhadores da antiga fazenda³⁴ e que

³⁴ Morador pioneiro relatou-me que o bairro originou-se da antiga “fazenda dos padres” a qual empregava muitos trabalhadores e muitos dos quais habitam o bairro. A fazenda foi vendida a uma loteadora, pois os seus

posteriormente fundaram o bairro. O clima rural e a tranquilidade foram um dos aspectos que influenciaram os moradores³⁵. Muitos terrenos de 1075 m² abrigam até seis famílias, e na maioria parentes. Já os novos moradores afirmaram que a necessidade e o baixo preço dos imóveis foi o fator preponderante da decisão de morar no bairro.

Um morador do Vale Azul há mais de cinquenta anos relatou que é inaceitável que o bairro mais antigo de Sarandi sofra com a falta de água. Segundo ele, o abastecimento de água constantemente é interrompido, pois a tubulação antiga não é capaz de fornecer água conforme a necessidade das moradias, no entanto enfatizou que os órgãos públicos estão substituindo a tubulação.

A despeito dos recentes investimentos do poder municipal de Sarandi e Maringá, resta saber se as recentes mudanças urbanísticas estão beneficiando as diferentes classes, como as afirmam propagandas. O prefeito de Maringá Pupin³⁶ sinalizou que estão previstos 13 milhões em melhorias de infraestrutura urbana e que beneficiarão toda a comunidade, dentre as obras destacam-se: uma ponte na Rua das Pombas sobre o Ribeirão Maringá e obras de drenagem na Gleba Pinguim. O prefeito enfatiza que as obras propiciarão a interligação entre os bairros, facilitando a mobilidade urbana. Todavia a região objeto de estudo aponta imensa contradição social: enquanto a minoria tem acesso a riqueza produzida no cenário urbano, a maioria é negada o direito à cidade.

Em Fevereiro de 2011 uma comissão de moradores do Vale Azul reuniu-se com o Prefeito Carlos de Paula e Secretário de Urbanismo Elton Toy para discutir propostas para pavimentar a principal via do bairro, dentre as propostas levantadas, sugeriu-se a do asfalto comunitário. A obra foi orçada em aproximadamente um milhão de reais, os moradores comprometeram-se arcar com 80% do valor da obra. Entretanto, os gastos com galerias pluviais seriam de total responsabilidade da prefeitura.

No mês de abril de 2014, um grupo de moradores interditou a principal rua do bairro, a mobilização tinha como finalidade pressionar o poder público à realização de obras de infraestrutura.

proprietários temeram “perdê-la para a reforma agrária”. O informante mencionou que a loteadora prometeu infraestrutura completa para o bairro, entretanto não cumpriu o compromisso.

³⁵ Um morador destacou que “Para morar no Vale azul tem que gostar”.

³⁶ Notícia publicada em <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php>

Segundo o Portal de Informações da Prefeitura de Sarandi, foi realizada a licitação (12/09/2014) para a pavimentação asfáltica da principal Avenida do Distrito Vale Azul. A empresa Contersolo Construtora de obras Ltda., vencedora da licitação, executará a obra e o investimento será de R\$ 4.522.000,00 milhões captados de recursos Federais. Além do asfalto, há previsão da construção de uma praça, uma igreja e Academia da Terceira Idade (ATI).

2.3 Configuração territorial e a precarização do espaço precário

A expressão “lugar esquecido” (referindo-se ao Vale Azul) era frequente nas falas dos entrevistados³⁷. Tais relações internalizadas pelos moradores remete aquilo que Bourdieu (1997) denomina de “efeito de lugar” e Kaztman (2001) classifica como efeito de vizinhança. Cada um ao seu modo, esses autores mostram que o espaço é fruto de relações de dominação no qual a classe hegemônica impõe o seu arbitrário cultural e ao mesmo tempo submete os demais grupos aos seus interesses. A esse respeito, Ribeiro afirma que:

(...) a relação entre espaço urbano e espaço social não é de total homologia, prevalecendo defasagens entre a estrutura urbana e a realidade social, decorrentes das diferenças dos tempos históricos de mudanças entre a sociedade e a sua morfologia. Tal fato faz com que a divisão social da cidade nunca seja absoluta, prevalecendo, no interior dos espaços dominados pelas classes superiores, territórios populares gerando proximidades geográficas de grupos inseridos em posições opostas no espaço social (RIBEIRO, 2008, p.2).

De acordo com Ribeiro (2008), a presença da população em um território social e simbolicamente próximo, mas ao mesmo tempo diferente, engendram determinados efeitos que vão desde a desclassificação social, a utilização da violência simbólica, estigmatização e isolamento social. As entrevistas dos moradores do Vale azul evidenciaram a dominação social e espacial, principalmente quando demonstraram o descrédito nas ações do poder público e no cerceamento aos direitos dos cidadãos. Embora reconhecendo que são cidadãos portadores de direitos, os moradores demonstraram pouca confiança acerca de eventuais mudanças significativas no bairro. O descrédito nas instituições remonta ao conturbado período republicano no qual prevaleceu a cisão entre a sociedade política e a sociedade

³⁷ A ideia da distinção de lugar – lado de Sarandi e lado de Maringá- era muito comum nas falas dos entrevistados. Os moradores ressaltavam que investimentos em infraestrutura urbana eram aplicados apenas no lado de Maringá.

urbana, contribuindo para as ações executadas de cima para baixo Carvalho (1987), Corrêa e Ribeiro (2012).

Nota-se que a segregação espacial e o preconceito contra o Município de Sarandi é evidente na fala dos moradores, sobretudo quando se referem ao “lado de Maringá”. Alguns entrevistados destacaram que, ao contrário de Maringá, Sarandi não dispõe de diretrizes rigorosas que regulamentam a construção de moradias, o que gera os problemas urbanos³⁸. Constata-se na fala dos entrevistados a incorporação do preconceito construído historicamente sobre a cidade de Sarandi, pois quando questionado sobre os problemas do bairro, os moradores afirmavam que dificilmente seriam resolvidos pelo viés da política institucional, uma vez que no município em questão nada funciona, por outro lado enfatizaram que se o bairro se localizasse em Maringá a realidade seria diferente. Evidencia-se nas entrevistas que Maringá aparece como cidade planejada, equilibrada socialmente e sem problemas urbanos.

Tabela 3 - Após a implantação dos condomínios, houve melhoria no bairro?

Alternativas	Nº de Respostas	%
Melhorou	2	1.5
Inalterou	128	97
Piorou	02	1.5
Total	132	100

Fonte: Pesquisa de Campo realizada em fevereiro de 2015.

As entrevistas apontaram dois pontos de vistas acerca dos novos empreendimentos no entorno do bairro. Enquanto alguns afirmavam que o Vale Azul poderia beneficiar-se com o “progresso” trazido pelos condomínios, como a geração de empregos e a valorização dos imóveis, por exemplo; a maioria mostrava-se cética quanto a isso. As duas visões sobre os recentes empreendimentos eram conflitantes pelo fato que enquanto alguns moradores pretendiam vender ou alugar as casas, outros proprietários preocupavam-se apenas com o usufruto do imóvel, por isso almejavam a melhoria na qualidade de vida, mas temiam quanto ao aumento no custo de vida³⁹. Estes últimos consistiam em pessoas com baixa escolaridade e com renda mensal de até um salário mínimo, tanto que não souberam responder se o imóvel teve valorização após as mudanças urbanísticas na região.

³⁸“Aqui as pessoas fazem o que querem” – fala de um entrevistado.

³⁹ Muitos moradores queixaram-se do aumento do IPTU, que em alguns casos foi acima de 100%.

Tabela 4– Escolaridade dos moradores

Escolaridade	Nº de Respostas	%
Primário	51	39
Fundamental	41	31
Médio	24	18
Superior	2	0,5
Sem escolaridade	14	11,5
Total	132	100

Fonte: Pesquisa de Campo realizada em fevereiro de 2015.

Os respondentes apontaram a mobilidade urbana como uma das grandes dificuldades do bairro: as ruas sem pavimentação, à distância deste em relação ao centro do município (cerca de seis quilômetros de estrada de terra). Os moradores mencionaram que o transporte público passa apenas 3 vezes por dia. A despeito do bairro se situar em Sarandi, os entrevistados destacaram que frequentemente buscam serviços urbanos em Maringá, principalmente o transporte público⁴⁰.

Tabela 5- Quais os problemas existentes no bairro?

Problemas citados	Rol de prioridade
Asfalto	1º
Transporte público	2º
Saúde	3º
Educação	4º
Segurança	5º

Fonte: Pesquisa de Campo realizada em fevereiro de 2015.

Quanto à questão da segurança, a maioria respondeu que a tranquilidade figurava como uma das principais características do bairro e como um dos motivos da opção por morar nele, todavia um número expressivo de entrevistados caracterizou o bairro como inseguro. Segundo os entrevistados, a ausência de equipamentos urbanos e o isolamento do centro da cidade contribuem para a insegurança da região.

⁴⁰ Alguns entrevistados enfatizaram que o desinteresse na resolução dos problemas do bairro por parte dos políticos do Município de Sarandi repousa em dois fatores: o pequeno número de eleitores, além de muitos votarem em Maringá.

Os relatos apontaram que os primeiros moradores instalaram-se no bairro com intuito de desenvolverem atividades agrícolas e criação de animais, nesta época prevaleciam as relações de cooperação e amizade, aspectos esses que contribuíam para a tranquilidade da região, todavia com a transformação da região em zona urbana e com a chegada de novos moradores na busca de imóvel barato, o bairro perdeu seu atributo original⁴¹.

Tabela 6 – Quanto à segurança do bairro, você acha que é?

Alternativas	Nº de Respostas	%
Muito Seguro	2	1.5
Seguro	37	26.5
Inseguro	93	72
Total	132	100

Fonte: Pesquisa de Campo realizada em fevereiro de 2015.

Entretanto, aos “olhos” do poder público, os moradores das regiões periféricas são os responsáveis pela desordem urbana, daí a necessidade de segregá-los e excluí-los do restante da sociedade, pois para a visão elitista essa parcela da sociedade não combina com o discurso de uma cidade bela e majestosa e com os espaços de alta valorização imobiliária.

Considerando que o município de Sarandi, no contexto da RMM, sofre com graves problemas sociais, as intervenções urbanas regionais deveriam caminhar para a superação da segregação social em conformidade com o que preconizam os marcos legais que regem a citada política urbana democrática.

As transformações urbanísticas na região propiciam algo que Ribeiro (2005) observa acerca do aumento na tendência ao isolamento compulsório entre os pobres e o restante da sociedade. Desse modo, reduzem-se as oportunidades de contatos por meio das interações informais entre eles e a outras classes sociais. Essa crescente tendência ao isolamento é resultante por um lado pela segmentação do mercado de trabalho, por outro lado, o isolamento dos pobres decorre-se pela diminuição dos serviços públicos, pela falta de equipamentos urbanos, mas principalmente pela segregação compulsória dos pobres. Nestes termos, o afastamento territorial, a construção dos enclaves fortificados próximos aos conjuntos populares corrobora a acentuação da pobreza urbana, além de disso, difunde e reproduzem as barreiras simbólicas

⁴¹ Alguns entrevistados questionaram a mudança do bairro de zona rural para urbana, enfatizando que a complementação da renda derivava de atividades que não mais permitidas na área urbana.

entre os diferentes grupos sociais. Nota-se que a expansão urbana se processa sem levar em conta a dimensão metropolitana, isto é, os problemas metropolitanos são tratados de maneira fragmentada, haja vista que os interesses privados adquirem proeminência.

Para Ribeiro (2004) a ruptura do modelo iníquo do urbano somente será possível com a reativação das bases populares, por meio da politização das classes empreendidas pelos movimentos sociais. Seguramente, isso implica em um embate acirrado com os grupos dominantes, tanto no âmbito político quanto no âmbito teórico. No plano teórico faz-se necessário a difusão de novas leituras da cidade leituras estas capazes de evocar novos debates que se contrapõem as narrativas elitistas e descortinam a construção de um cenário urbano no qual a sua base seja a justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito de a RMM ser considerada uma região próspera com amplo destaque para a cidade polo Maringá que figura sempre como um modelo, ocorre que historicamente a propaganda e a publicidade, sob forte efeito político e econômico, buscaram ocultar a imensa desigualdade socioespacial entre os municípios, principalmente no município polo (Maringá). A cidade em questão excluiu (e exclui) os “grupos sociais indesejados”, isto é, os indivíduos de baixo poder aquisitivo e designados como “classes perigosas”.

A pesquisa mostrou que ao contrário do que mostra o discurso oficial, as desigualdades e a segregação características da formação desta região se mantêm reproduzidas, pois através dela os grupos imobiliários e proprietários fundiários controlam o espaço urbano e defendem seus interesses particulares. Trata-se aqui da violência simbólica pela qual a classe dominante submete as classes dominadas por meio do discurso ideológico. Villaça (2001) demonstra que as cidades estão sob o domínio do capital, neste sentido a segregação torna-se essencial para a consolidação dos interesses dos agentes imobiliários. O referido autor endossa a tese da transformação das cidades em mercadorias.

A política urbana de Maringá ancorou-se nas ideias do marketing urbano, de modernização da cidade e de criação de estratégias para a inserção no cenário competitivo, trata-se de narrativas que têm origem no ideário neoliberal, o qual prioriza o mercado, a classe capitalista e concebe a terra urbana como uma mercadoria destinada aos valores de troca.

Como vimos, Ribeiro (2007) demonstra a grave crise que atravessa as metrópoles, sobretudo no que se refere à organização socioterritorial. Segundo ele, os gestores, imbuídos de uma concepção “urbanista contratualista”, caracterizada pela ausência da esfera pública, ou seja, destituindo as classes populares do processo decisório da política urbana. Com isso, as periferias e os bairros populares ou são abandonados, ou são submetidos ao controle total por meio das condutas clientelistas. Esse modelo de gestão constitui-se em um forte mecanismo inibidor da transformação dos moradores em cidadãos, enfim em sujeitos capazes de interferirem assertivamente neste contexto.

O foco principal desta pesquisa concentrou-se em estudar a segregação socioterritorial e o preconceito presente no município de Sarandi. Constatou-se que o município originou-se a partir da formação excludente protagonizada por Maringá conforme apontou Rodrigues (2004). A cidade recebeu milhares de pessoas que não conseguiram se instalar em Maringá

devido a mercantilização do urbano. A especulação imobiliária, a convergência de interesses do mercado e do poder público contribuíram para o crescimento das desigualdades urbanas entre as duas cidades.

Sarandi, município pertencente a RMM e objeto da pesquisa, é associado a desordem urbana, a pobreza e a criminalidade e os seus conflitos urbanos passaram a ser encarados como problemas individuais e naturais e não como produto de relações sociais conflituosas; desse modo conclui-se que a cidade foi construída sem qualquer planejamento que tivesse como foco central as necessidades urbanas dos moradores mas, somente o atendimento à lógica imobiliária e clientelista.

A pesquisa mostrou que a violência urbana (destaca-se os homicídios) amplamente explorada pela mídia, repercute diretamente na imagem da cidade, todavia tais contradições são consequências da ausência de adoção de políticas urbanas consistentes quer revertam a histórica formação segregadora.

Inclusive, a despeito dos instrumentos de desenvolvimento urbano com os quais conta o país hoje, as recentes mudanças urbanísticas na RMM estão contribuindo para a manutenção da segregação socioespacial no município de Sarandi, dentre as transformações, destacam-se o crescimento dos condomínios horizontais fechados em áreas historicamente desvalorizadas. Esta forma de moradia acentua o isolamento social, privatiza e fragmenta a cidade, enfim nega a sua função social, pois impede que os cidadãos tenham acesso ao direito à cidade, ademais reproduz as disparidades e os estigmas sociais.

Essas questões revelam que o urbano se processa através das relações conflituosas entre as classes sociais, através das quais a realidade urbana deve ser analisada. Tal exercício teórico desmitifica a ideia da neutralidade da ação estatal e coloca por terra a noção da imparcialidade das políticas urbanas e de todas as outras políticas.

Segundo OLIVEIRA (2000), o neoliberalismo destruiu a política do espaço público, culminando na instauração do reino do privado e da privatização do público, cujas consequências foram nefastas, sobretudo para os setores subalternos. A proeminência do individualismo no qual se encontra a visível expressão na propriedade privada derivada do poder de consumo e é uma das principais marcas do neoliberalismo nas demandas urbanas, por conseguinte a cidadania condiciona-se ao mercado.

Assim a construção da cidade deve ocorrer de tal forma que possibilite que os diferentes sujeitos tenham os seus direitos e suas necessidades amplamente asseguradas, isto é, deve acontecer de forma coletiva e deliberativa. Porém o que acontece é a "construção de consensos" por certos grupos que elaboram o planejamento urbano. Por isso, faz-se necessário o direito à cidade em contraponto à mercantilização da cidade, pois considera-se que o solo e a moradia não podem ser tratados como outra mercadoria qualquer, tendo em vista que são bens essenciais à reprodução da vida humana no mundo urbano.

Depreende-se que as mudanças no processo de desenvolvimento urbano dar-se-iam com a necessária ruptura desse modelo iníquo de urbano, contudo isso somente será possível por meio da superação do que Maricato (2010) denomina "analfabetismo urbanístico".

A segregação socioespacial decorre dos problemas sociais oriundos da formação brasileira, neste sentido o autoritarismo, a relação perversa entre o Estado e a burguesia e o autoritarismo constituem em sérios obstáculos ao desenvolvimento da cidadania, tanto que alguns autores, de forma crítica, elaboraram vários termos para classificá-la cidadania mutilada – Milton Santos (1990), cidadania disjuntiva - Teresa Caldeira (2000), cidadania inacabada - Alba Zaluar (2007). Em suma, esses autores contestam a existência da democracia no Brasil e se ela existe é apenas formal.

A negação dos direitos básicos dos cidadãos, como a moradia, por exemplo, indica que mudanças profundas precisam ser feitas no país; é muito difundida a expressão "o sonho do brasileiro é ter a casa própria". Na visão dos gestores, moradia é luxo, não algo que propicia qualidade da vida urbana, desse modo a conscientização e a politização dos indivíduos são necessárias para que o enfrentamento de classes caminhe para uma direção diferente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. **Uma estratégia fatal – A cultura nas novas gestões urbanas**. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único – Desmanchando consensos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BALTRUSIS, Nelson; D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. **Ricos e pobres, cada qual em seu lugar: a desigualdade socio-espacial na metrópole paulistana**. Caderno CRH, Salvador, v.22, n. 35, p.135-149, jan/abr.2009.

BARROS, Ingrid Marise Batista. **Caracterização dos Condomínios Fechados de Classe Média sob a ótica dos transportes: Um estudo de caso no Distrito Federal**, UNB, 2012 (dissertação de Mestrado em Transportes).

Beatriz Fleury E SILVA, SAVI, Elise e ZAPA, Arthur. **Os contornos metropolitanos a partir da moradia social em um território planejado**. Um estudo temporal. ANAIS do XIV Encontro Nacional da ANPUR, Maio de 2011, RJ, Brasil.

BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. **Sentidos da pobreza e do viver em territórios estigmatizados: versões de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce**. Jornada Internacional de Políticas Públicas, UECE, junho de 2011.

BORDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. In : BORDIEU, P. (org.) **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BORDIEU, Pierre. **Gostos de classe e estilos de vida**, In: Ortiz, Renato (org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**, São Paulo: Olho d'Água, 2003.

BORDIEU, Pierre: In: ORTIZ, Renato (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p.122-155

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **CIDADE DE MUROS– Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34 – Edusp, 2000.

_____, Teresa Pires do Rio – **A Política dos Outros. O Cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam os Poderosos**. Brasiliense, São Paulo, 1984.

Camargo Lopes, André. **As margens do progresso A expansão urbana de Londrina nas representações de moradores de um bairro popular as margens da cidade**, Antíteses, vol. 3, núm. 5, enero-junio, 2010, pp. 553-585.

CARDOSO, Adauto Lucio e SILVEIRA, Cristina Bleyda. O Plano Diretor e a Política da Habitação. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves e MONTANDOM, Daniel Todtmann. (org). **Os Planos Diretores Municipais Pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles e Letra Capital, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti; NOLLI, Joana D' Arc Moreira. O discurso jornalístico enquanto prática simbólica. **Revista da Área de Humanas- Boletim 46** – Centro de Letras e Ciências Humanas, UEL. 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CUNHA, Fábio César Alves da. De Novo Eldorado a Região Metropolitana. Representações e Discursos no Espaço Londrinense. **Revista Formação Online**, n. 18, volume 1, p. 39-62, jan./jun., 2011.

DAIBERT, Juliana e RODRIGUES, Ana Lúcia. Retratos criminosos: o fotojornalismo e as diferentes narrativas de criminalidade. In: BONI, Paulo César (org). **Fotografia: múltiplos olhares**. Londrina: Midiograf, 2011. p.131-150.

ECOGARDEM EMPREENDIMENTOS. **Ecogarden residence**. 2013. Available from: <<http://www.ecoinga.com.br/>>. Cited: 10 may 2013.

FILHO, João Freire. Mídia, estereótipo e Representação das Minorias. **Eco-Pós**, n.2, agosto-dezembro, 2004, pp. 45-71.

FREIRE, Fábio. **Planejamento urbano e Regional e Simulação de Cenários Futuros para o Crescimento Urbano Sustentável: O Caso de Sarandi – PR**. Dissertação de Mestrado (Engenharia Urbana). Universidade Estadual de Maringá, 2009.

GALVÃO, Altair Aparecido. **Condomínios Horizontais Fechados: segregadores ou segregados?** Dissertação (mestrado em geografia). UEM, 2007.

GALVÃO, Altair Aparecido. **Questão territorial e mobilidade social: a trajetória dos moradores do bairro Santa Felicidade na cidade de Maringá - PR**. Revista Geográfica de América Central (online, v. único, p. 1-15, 2011).

GODARD, François & CASTELLS, Manuel. In FORTI, Reginaldo (org.). **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo: LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

DOURADO, Simone Pereira da Costa Dourado. Formas de sociabilidade e padrões de comportamento nas “cidades agropecuárias” do norte do Paraná. **Anais do VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural**, Porto de Galinhas, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, João Sette Whitaker. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil, Publicado em **Anais do Simpósio “Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização**, UNESP Bauru e SESC Bauru, 21 a 26 de agosto de 2005.

FIGUEIREDO, Lauro Cesar. **Memória e Experiência de Uma Cidade do Paraná: o caso de Maringá**. Tese de Doutorado, UFSC, 2005.

FRANGELLA, Simone Miziara. Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal antes as intervenções urbanas. In: **Cadernos MetrÓpole**, n. 13, 1º sem. 2005, p. 199-28.

GALVÃO, Altair Aparecido. **Políticas Públicas Urbanas, Espaço Público e Segregação em Maringá** – Pr. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá – PR, 2011.

INOCÊNCIO, Nelson Olokofá. Corpo negro na cultura visual brasileira. In: **Educação Africanidades**, Brasil. MEC – SECAD – UnB – CEAD – Faculdade de Educação, Brasília: 2006, p.184-192.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos demográficos 2010 e contagem populacional de 2010**. Disponível em: <[http://www. ibge.gov.br/censos](http://www.ibge.gov.br/censos)>. Acesso em: 25 maio 2014.

KATZMAN, R. **Aislamiento social de los pobres urbanos: reflexiones sobre la naturaleza, determinantes y consecuencias**. Buenos Aires: SIEMPRO/UNESCO, 2001.

KONIN, Thaís. e MOURA, Rosa. Metropolização e governança urbana: relações trans-escalares em oposição a práticas municipalistas. XXVI. Encontro Anual da ANPOCS: Caxambu. GT. Cidade, metropolização urbana e governança, 2002.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LEFEBVRE. Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo, Centauro, 2001.

LEITÃO, LÚCIA. Quando um muro separa e nenhuma ponte une. **CADERNOS METRÓPOLE**, N. 13, pp. 229-253, 1º sem. 2005

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: **A cidade do Pensamento único**. São Paulo: Editora Vozes, 1999.

_____. Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

_____. Ermínia; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade, In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. (Org.). **As MetrÓpoles e a Questão Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Revan; FASE, 2007 - p. 165-195.

_____. Ermínia. **Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARTINS, Victor Hugo Teixeira. **Habitação, Infraestrutura e Serviços Públicos: Conjuntos Habitacionais e suas Temporalidades em Londrina-PR**. Dissertação de Mestrado em Geografia. UEL, Londrina, 2007.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro, volume XXIII. A lei Geral da acumulação capitalista, p. 713-824. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. 3ª ed. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural. 1985.

_____, Karl. **Manuscritos-econômico- filosófico e outros textos escolhidos**, Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MELO, Zélia Maria de. **Estigmas: espaço para a exclusão social**. Revista Symposium, Ano 4, Número Especial, 2000, p. 18-22.

MENEGAT, Elizete. **A periferia é o limite: notas sobre a crise do modelo ocidental de urbanização**: In: CADERNOS METRÓPOLE, n. 13, pp. 107-132, 1º.sem. 2005.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: Eduem, 1994.

NOGUEIRA, M. A. **As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e a Exceção ou Estado de Exceção**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.5, n.1 - maio de 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal**, in Oliveira, Francisco de Paoli, María Celia (orgs.) **Os Sentidos da Democracia: Políticas do Dissenso e Hegemonia Global**, Vozes, 2000.

PALMA, Rosa Maria de Souza. **Estudo da percepção ambiental dos moradores do conjunto habitacional Vale Azul, na cidade de Sarandi-PR, por alunos do 3º ano do Ensino Médio**, UEL, Londrina, 2007.

PEDROSO, Regina Célia. **Violência e cidadania no Brasil: 500 anos de exclusão**. São Paulo: Ática, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. **Plano Diretor Integrado de Desenvolvimento**. Maringá, 1991.

PRIORI, Josimar. **Distintos Padrões de Ação Coletiva No Município de SARANDI-PR**. Anais do X Seminário de Ciências Sociais - Tecendo diálogos sobre a pesquisa social Universidade Estadual de Maringá - Departamento de Ciências Sociais - 22 a 26 de Outubro de 2012.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **As metrópoles e a sociedade brasileira: futuro comprometido?** In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a**

cooperação e o conflito. São Paulo: Editora Perseu Abramo/FASE/Observatório das Metrópoles, 2004.

_____. **Proximidade Territorial e Distância Social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano,** Revista VeraCidade – Ano 3 - Nº 3 – Maio de 2008.

_____; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e cidade: divisão social da cidade e cidadania na sociedade brasileira.** Análise Social, vol. XL (174), 2005, 87-109

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá.** São Paulo: PUC, 2004 (Tese de Doutorado).

_____. **Uma análise da apropriação de instrumentos do estatuto da cidade pelo mercado imobiliário: projeto PAC ZEIS Santa Felicidade – Maringá – Pr. CD – III** Seminário Nacional do Observatório das Metrópoles, p. 11-23, 2008.

ROCHA, Márcio Mendes. **A espacialidade das mobilidades urbanas.** São Paulo: USP, 1998 (tese de Doutorado).

ROZEIRA, Milton. **Projeto Resgate Histórico: Sarandi, sua Terra sua Gente.** Prefeitura Municipal de Sarandi. Sarandi, 1999.

SACHS, Céline. São Paulo: **Políticas públicas e habitação popular.** São Paulo: Edusp, 1999.

SANTOS, Milton. **A metrópole: modernização, involução e segmentação.** In: VALLADARES, L. PRETECEILLE E. **Reestruturação urbana, tendências e desafios.** São Paulo: Ed. Nobel, p. 183-190, 1990.

SILVA, Beatriz Fleury; SAVI, Elise; SILVA, Ricardo Dias. **A configuração Socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu: da gênese a atualidade.** ANAIS do Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano. UFRGN, Natal, 2010.

SOTO, William Héctor Gómez. LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

STRÖHER Laisa E. M., SOUZA Gisela B. de. **De Vilarejo à Cidade Conurbada: a expansão de Sarandi condicionada pela ação de três agentes imobiliários e pelo parcelamento rural.** Revista Tecnológica, Maringá, v. 20, p. 63-74, 2011.

TONELLA, Celene & RODRIGUES, Ana Lúcia. **Metrópole regional no contexto da dinâmica paranaense.** Anais do XXVII Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu MG, 2003.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Certeza de lucro e direito de propriedade. O mito da Companhia de terras Norte do Paraná,** Assis, Dissertação de Mestrado, UNESP, 1989.

TOPALOV, Cristian. **Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a População das metrópoles em princípios do século XX,** In: RIBEIRO, Luiz Cesar de

Queiróz; PECHMAN, Robert (Org.). **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 23-51.

UEHARA, Agnes Yuri. **Do modelo de cidade-jardim à metropolização: evidências do urbanismo à brasileira na região norte do Estado do Paraná**, Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa do Vale da Paraíba, São José dos Campos, São Paulo, 2012.

VAINER, Carlos B. Pátria, **Empresa e Mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento urbano**. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. 3ª edição, Rio de Janeiro, Vozes, 2007.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 2001.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. ZALUAR, A.;

ZALUAR, Alba; NORONHA, José. C. de; ALBUQUERQUE, Ceres. **Violência: Pobreza ou Fraqueza Institucional?** Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1994.

ZALUAR, Alba. **Democratização inacabada: fracasso da segurança pública**. Dossiê Crime Organizado Revista de Estudos Avançados, v.21 n.61, set/dez 2007.

ZIONI, Fabíola, **Exclusão Social: noção ou conceito?** Revista Saúde e Sociedade, v.15, n.3, p.15-29, USP, set-dez 2006.

ANEXOS

ANEXO 1

Nº	NOME	Nº ALVA RÁ	ZO NA	ENDEREÇO	ÁREA (M2)	CLA S
1	Karrapicho, Cond. Res. (LT 390)	629	40	Rua das Camélias, 605	23.3080	Urb
2	Morada de Florença, Cond. Res.(LT 245 K	2213	20	Rua Affonso Hernandes Bittencourt, 279	28.3058	Urb
3	Via Castelli Cond. Res. (LT 247 A)	225	20	Av. Carlos Borges, 1033	6.536	Urb
4	Deltaville , Cond. Res. 452	454	8	Av. Guedner, 1170	36.396	Urb
5	COND. Res, Cidade Universitária I	12	21	Rua Vergilio Acelino Cardoso, 331	5.790,	Urb
6	Deltaville I, Cond. Res. - Lt. 450 A	89	8	Av. Guedner, 948	23.484	Urb
7	Village, Cond. Res. (LT. 252 B/1)	2097	20	Estrada Betty s/n	18.7962	Urb
8	JARDIM IMPERIAL, COND. (LT L39N/1)	394	29	Av. Américo Belay, 1103	87.6674	Urb
9	Cond. Res. Pacos D' arcosS	519		Av. Londrina,1534	11.700	Urb
10	Cond. Res. Horto Florestal	563	40	Av. Antonio Ruiz Saldanha, 351	23.925	Urb
11	Cond. HorizontalPortal de Sevilla	44	20	Rua Afonso Hernandes Bittencourt, 639	29.6208	Urb
12	Cond. Res. Aghata	219	20	Rua Jair do Couto Costa, 1231	6.910,2	Urb
13	Parresh Cond. Horizontal (LT 392 E 398)	321	40	Rua das Camélias, 435	31.7901	Urb
14	Cond.MontHermon	349	25	R. Ataulfo Alves, 2500	59.4854	Urb
15	Condomínio Petit Village	115	08	Av. Londrina, 1640	13.1650	Urb

16	Res. Quinta da Torre-G.R.P. LT 63/2 ^a	573	28	R. Maringá esq. c /Teotônio B. Vilela	17.2796	Urb
17	Cond. Res, Céu Azul - G.P.M. LT 268	578	4	Rua Alziro Segantim Filho, 764	4.352,9	Urb
18	Cond. Nashville Residence -	52	08	Av. Guedner, 692	71.8069	Urb
19	Cond. Hor. das Acácias.	106	37	Rua Hawai, 580	6.749,4	Urb
20	Cond. Renaissance	325	28	Av. Gastão Vidigal, 2919	39.0366	Urb
21	Cond. Res. Ingaville	326	20	Rua José Tel. 284	8.847,8	
22	Cond. Res. Pasargada	129	20	Rua Jair do Couto Costa, 1012	5.072,5	Urb.
23	Cond. Res. Versaille	1 66	38	Av. Gastão Vidigal, 2431	26.4594	Urb.
24	Cond. Hor, Alhambra	289	08	Av. Guedner, 1163	11.2140	Urb.
25	Cond. Greenfields	30	38	Av. José Alves Nendo, 1804	26.3799	Urb.
26	Cond. Hor. Plaza Espanha	276	20	Rua Jair do Couto Costa, 873	12.5595	Urb.
27	Cond. Res. Vila Fontana	309	20	Av. Carlos Correa Borges, 2211	54.3329	Urb.
28	Cond. Hor. Everest	120	28	Pç. Henrique Fregadolli, 310	39.1874	Urb.
29	Cond. Hor. Recanto da serra	240	17	Rua Pion. Maria Josefa de Araujo	58.8527	Urb.
30	Cond. Vale do Sol	375	20	Rua Jair de Couto Costa, 172	7.672,5	Urb.
31	Cond. Hor. Portal de Segóvia	335	20	Estrada Bety, 805	51.8013	Urb.
32	Cond. Parthenon	257	38	Av. Gastão Vidigal, 2517	36.0633	Urb.
33	Cond. Hor. Saint Etienne	120	38	Av. Gastão Vidigal, 2655	39.7218	Urb.
34	Cond. Res. Vinhedo	64	40	Av. Antonio Ruiz Saldanha, 827	2.707,1	Urb.

35	Cond. Hor. Villagio Bourbon	180	27	Av. Cerro Azul, 2649	157.087	Urb.
36	Res. Maanaim (400B/408E/407)	29	40	Av. Carlos Borges, 754	19.7111	Urb.
37	Cond. Hor. Vale Verde.	266	20	Rua Alziro Segantin Filho, 209	19.5938	Urb.
38	Cond. Res. Condado dos Nobres	19	08	Av. Guedner, 860	69.7081	Urb.
39	Cond. Res. Azaléia Park	404	40	Rua das Azaléias, 756	2.116	Urb.
40	Cond. Res. Villa Paradiso	218	40	Rua Domingos Salgueiro, 1725	17279,1	Urb.
41	Cond. Res. BuonaVitta	75	20	Rua Pion. Waldemar Gomes da Cunha	18879,3	Urb.
1	Cond. Bela Vista	493	20	Estrada Miosótis	119.857	Rur.
2	Cond. Bela Vista 2	494	53	Estrada Miosótis	119.857	Rur.
3	Cond. Santa Maria	496	53	Estrada Miosótis	120.7,7	Rur.
4	Cond. Santa Marina	550	53	Estrada Miosótis	32.2811	Rur.
5	Cond. Ana Rosa	290	16	Av. Kakogawa	96.8000	Rur.

Quadro 2: Condomínios Horizontais Fechados no Perímetro Rural de Maringá

Fonte: Departamento de Cartografia da Prefeitura do Município de Maringá (Outubro de 2013)

ANEXO 2

DIRETRIZES DO ESTATUTO DA CIDADE – Lei 10.257/2001

DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;

b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;

d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente (...); e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

f) a deterioração das áreas urbanizadas;

g) a poluição e a degradação ambiental;

~~h) a exposição da população a riscos de desastres naturais; — (Incluído pela Medida Provisória nº 547, de 2011).~~

h) a exposição da população a riscos de desastres. (Incluído dada pela Lei nº 12.608, de 2012)

VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;

VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;

IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

XI – recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, considerada a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

XV – simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

XVII - estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução

de impactos ambientais e a economia de recursos naturais. (Incluído pela Lei nº 12.836, de 2013)

Art. 3º Compete à União, entre outras atribuições de interesse da política urbana:

I – legislar sobre normas gerais de direito urbanístico;

II – legislar sobre normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em relação à política urbana, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional;

III – promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

IV – instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

V – elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

ANEXO 3

Imagem do Condomínio Eco Valley



Fonte: <https://www.skyscrapercity.com>

ANEXO4

QUESTIONÁRIO APLICADO NO BAIRRO VALE AZUL



PESQUISA SOBRE O VALE AZUL – SARANDI- PR

Nome do entrevistador: _____

Endereço: _____ nº _____

Perfil do entrevistado e características da unidade doméstica

01. Sexo:

- 1. Masculino
- 2. Feminino

02. Idade: _____

03. Escolaridade:

- 1. Analfabeto
- 2. Até primário completo (até 4ª série do 1º grau / ensino fundamental)
- 3. Fundamental completo ou incompleto (5ª a 8ª série do 1º grau / ensino fundamental)
- 4. Médio completo ou incompleto (1º ao 3º ano do 2º grau / ensino médio)
- 5. Superior completo ou incompleto
- 6. Especialização
- 7. Mestrado
- 8. Doutorado
- 99. NR

04. Cor:

- 1. Branca
- 2. Preta
- 3. Parda
- 4. Amarela
- 5. Indígena
- 99. NR

05. Estado civil:

- 1. Solteiro(a)
- 2. Casado(a)
- 3. Divorciado(a)
- 4. Viúvo(a)
- 5. União estável

99. NR

06. Qual é o seu setor de trabalho?

- 1. Trabalha no governo (administração pública federal, estadual, municipal)
- 2. Trabalha em empresa pública
- 3. Trabalha em empresa privada
- 4. Trabalha em instituição sem fins lucrativos
- 5. Trabalha por conta própria
- 6. Estudante
- 7. Aposentado ou pensionista
- 8. Desempregado
- 99. NR

07. Qual a sua profissão atualmente?

08. O sr(a) tem carteira assinada?

- 1. Sim
- 2. Não
- 99. NR

09. Qual relação/parentesco com o responsável pelo domicílio?

- 1. Pessoa responsável
- 2. Cônjuge, companheiro(a)
- 3. Filho(a), enteado(a)
- 4. Pai, mãe, sogro(a)
- 5. Neto(a), bisneto(a)
- 6. Irmão, irmã
- 7. Outro parente
- 8. Agregado(a)
- 9. Pensionista
- 10. Empregado(a) doméstico(a)
- 11. Parente do empregado(a) doméstico(a)
- 12. Individual em domicílio coletivo
- 99. NR

10. Renda individual mensal do responsável.

11. Renda familiar mensal.

12. Total de pessoas residentes no terreno.

13. Há quanto tempo reside nesse bairro?

14. Número de imóveis construídos no terreno.

15. Número de famílias residentes no terreno.

16. Condição entre as famílias residentes no terreno.

- 1. São parentes
- 2. Amigos ou conhecidos
- 3. Inquilino
- 99. NR

17. Condição do domicílio principal.

- 1. Próprio quitado
- 2. Próprio financiado em dia
- 3. Próprio financiado atrasado
- 4. Próprio financiado sem pagamento
- 5. Alugado
- 6. Cedido por outra pessoa
- 99. NR

18. Condição das demais edificações no terreno.

- 1. Não há
- 2. Alugado
- 3. Cedido (emprestado) por outra pessoa
- 99. NR

19.a Esgotamento sanitário.

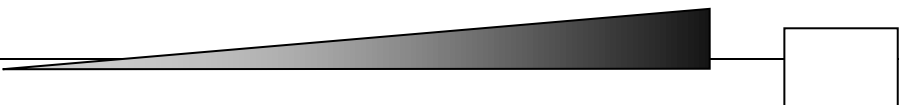
- 1. Rede geral
- 2. Fossa
- 3. Lançado a céu aberto
- 99. NR

19.b Se é rede geral, ela passa na frente ou no fundo da casa?

- 1. Frente
- 2. Fundo
- 99. NR

Impactos dos novos empreendimentos imobiliários na vida cotidiana dos moradores do Vale azul

20. Como você avalia a implantação dos condomínios fechados no entorno do Bairro Vale Azul em uma escala de 0 a 10. Sendo 0 para péssimo e 10 ótimo.

_____ 

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

20.a: O valor do seu imóvel aumentou após a implantação dos empreendimentos?

21. Após as obras, avalie os itens a seguir e dê sua opinião quanto à existência ou não de mudanças.

- | | | | |
|-----------------------------|--------------------------------------|---|------------------------------------|
| a) Violência ou insegurança | <input type="checkbox"/> 1. melhorou | <input type="checkbox"/> 2. permanece igual | <input type="checkbox"/> 3. piorou |
| b) Saneamento (esgoto) | <input type="checkbox"/> 1. melhorou | <input type="checkbox"/> 2. permanece igual | <input type="checkbox"/> 3. piorou |
| c) Coleta de lixo | <input type="checkbox"/> 1. melhorou | <input type="checkbox"/> 2. permanece igual | <input type="checkbox"/> 3. piorou |
| d) Iluminação pública | <input type="checkbox"/> 1. melhorou | <input type="checkbox"/> 2. permanece igual | <input type="checkbox"/> 3. piorou |
| e) Insetos/ mosquitos | <input type="checkbox"/> 1. melhorou | <input type="checkbox"/> 2. permanece igual | <input type="checkbox"/> 3. piorou |
| f) Alargamentos das ruas | <input type="checkbox"/> 1. melhorou | <input type="checkbox"/> 2. permanece igual | <input type="checkbox"/> 3. piorou |
| g) Áreas de lazer | <input type="checkbox"/> 1. melhorou | <input type="checkbox"/> 2. permanece igual | <input type="checkbox"/> 3. piorou |
| i) Ônibus (circular) | <input type="checkbox"/> 1. melhorou | <input type="checkbox"/> 2. permanece igual | <input type="checkbox"/> 3. piorou |

22. Quem foram os responsáveis pela implantação dos condomínios na região?

1. Prefeitura
 2. Imobiliárias de Sarandi
 3. Imobiliárias de Maringá
 4. Construtoras de Sarandi
 5. Construtoras de Maringá
(_____) 6. Nome dos empreendedores
 99. NR

23. De acordo com o que você tem ouvido o Condomínio Eco Garden situa-se em?

- Sarandi
 Maringá

24. Decorrente dessas mudanças na vizinhança do Vale Azul você teve algum gasto extra?

1. Sim 2. Não 99. NR

24.b Acha que o custo de vida aumentou?

1. Sim 2. Não 99. NR

24.b1 Esse aumento foi em relação a?

- 1. Água
- 2. Luz
- 3. IPTU
- 4. Outro _____

25. Se você tivesse a oportunidade de ser consultado antes da obra, qual seria sua opinião sobre?

- 1. Favorável
- 2. Indiferente
- 3. Contrário
- 99. NR

Relações de vizinhança e participação na comunidade

26. Você participa de alguma das atividades existentes em seu bairro que estão citadas abaixo?

- | | | | |
|-----------------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| a) Atividade Cultural | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| b) Religiosa | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| c) Política | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| d) Esportiva | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |
| e) Outra | <input type="checkbox"/> 1.Sim | <input type="checkbox"/> 2.Não | <input type="checkbox"/> 99. NR |

27. Após a implantação dos condomínios, houve melhorias no bairro?

- 1.Sim 2.Não 99. NR

Quais: _____

28. Após a implantação dos condomínios, a imagem do Bairro Vale Azul?

- 1.Melhorou 2. Permaneceu a mesma coisa 3. Piorou 99. NR

29. A implantação dos condomínios beneficiou?

- 1. A comunidade em geral
- 2. Os empreendedores
- 3. As pessoas de alta renda
- 99. NR

30. Quais desses equipamentos você tem à disposição aqui no bairro?

- a) Cras () 1.Sim () 2.Não () 99. NR
b) Capsi () 1.Sim () 2.Não () 99. NR
c) Cmei () 1.Sim () 2.Não () 99. NR
d) CapsiAD () 1.Sim () 2.Não () 99. NR
h) Escola () 1.Sim () 2.Não () 99. NR
i) Quadra e campo () 1.Sim () 2.Não () 99. NR
j) Outros () 1.Sim () 2.Não () 99. NR
h) Praça () 1.Sim () 2.Não () 99. NR

Sistemas Urbanos

31. Existe algum problema com relação aos bueiros e a água da chuva no local?

() 1. Sim () 2. Não () 99. NR

32. Acha que o transporte público atende o local com eficiência?

() 1. Sim () 2. Não () 99. NR

33. A coleta de lixo é regular?

() 1. Sim () 2. Não () 99. NR

34. Quanto a segurança do bairro, você acha que é?

() 1. Muito seguro () 2. Seguro () 99. Inseguro () 99. NR

35. Você acha que os serviços de assistência social atualmente presentes no bairro são suficientes para atender a demanda local?

() 1. Sim () 2. Não () 99. NR

36. Por que você optou morar no Vale Azul?

37. O que gostaria de dizer sobre viver aqui?
